



6. PARTICIPAÇÃO SOCIAL, REUNIÕES PÚBLICAS E MATRIZ INSTITUCIONAL ATUANTE

Cada vez mais, processos de participação social associados à realização de consultas públicas se impõem como parte da modernização institucional de governos, da iniciativa privada e sociedade civil, numa tentativa de garantir mecanismos democráticos e legítimos nos processos de tomada de decisão e construção de alinhamentos e consensos.

Mais ainda, em especial, se destacam algumas decisões de investimentos públicos ou privados, que acabam afetando a dinâmica regional de crescimento econômico e as condições sociais e, ao mesmo tempo, a apropriação de recursos naturais disponíveis em um dado ecossistema.

Em tal circunstância, há necessidade de uma avaliação rigorosa do custo de oportunidade de tais decisões associados aos diferentes grupos de interesse afetados, ora com ganhos, ora com perdas. Mais que isso, suas demandas e expectativas podem ser endereçadas por meio de ações e medidas no bojo de políticas públicas e outras ações não necessariamente governamentais. Tais grupos devem ser assim ouvidos e suas opiniões e convicções incorporadas no processo de decisão, por meios de representantes dos entes institucionais que irão fazer valer suas demandas.

Entende-se que expansão continuada da pecuária, inserindo-se como a terceira atividade na formação do PIB estadual e reduzindo a vulnerabilidade frente ao comportamento da mineração representa um benefício econômico, mas ao mesmo tempo pode contribuir para processos de desmatamento até o momento contido numa dada extensão, com elevado grau de antropização. Mais que isso, num contexto histórico, cujas políticas de colonização animaram o uso e ocupação do solo combinadas com a exploração do complexo minerário, fortemente polarizado em Marabá, o quadro social e ambiental resultante acumula tensões, interesses conflitantes com a presença de entes institucionais os mais variados, e impactos na ambiência regional relevantes.

6.1. SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS: SEMINÁRIOS E REUNIÕES FOCAIS

6.1.1. OBJETIVOS

Nessa fase das atividades, que conforma a segunda frente de trabalho, foram desenvolvidas atividades participativas presenciais nos principais momentos do projeto, entendido como uma série de consultas públicas – seminários e reuniões focais descentralizadas, que foram realizadas em Marabá e em municípios selecionados do entorno.

O objetivo precípua é o de informar o público; ouvir - obter informações e recomendações; construir consensos e/ou alinhamentos e ainda, compartilhar resultados, com grupos de interesse diretamente envolvidos com o Projeto.

Salienta-se que não se pretende buscar necessariamente um consenso entre as opiniões, pois o objetivo é obter insumos para articulações interinstitucionais e elementos necessários ao processo de tomada de decisão.

A busca de subsídios sobre as perspectivas e desafios para se implementar na região sudeste do Pará um Modelo de Pecuária Sustentável, ao mesmo tempo, que identificar alternativas de governança e de gestão institucional, deverá considerar:

- de um lado, a configuração desejável, econômica e tecnicamente, para se garantir ganhos crescentes de produtividade na exploração da cadeia da pecuária como um todo, com destaque para as tensões sociais que vêm se acumulando e para adequação de recursos naturais considerando as vulnerabilidades da região;
- por outro lado, todo o conjunto de ações e medidas que a governança local, estadual e federal, assim como, as organizações não governamentais, tem implementado na região e que agora poderá se fortalecer com a entrada do Grupo Bertin por meio da expansão de um frigorífico em Marabá e exploração da cadeia da pecuária, apoiando-se em práticas adequadas social e ambientalmente.

6.1.2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando-se o contexto e os objetivos anteriormente expostos, e também as solicitações do termo de referência, será necessário que se utilize procedimentos metodológicos que garantam, de um lado, o rigor que discussões como o presente tema exige e, de outro, a presteza em construir, conjuntamente, um modelo de gestão para as ações e medidas executadas pelos atores do processo, de modo que se possa contribuir de maneira sinérgica para a implementação de um modelo de pecuária sustentável no Sudeste do Pará.

A decisão foi de se utilizar dentre as muitas metodologias de planejamento participativo existentes, a pesquisa-ação participativa, que se constitui numa metodologia relativamente simples e que tem apresentado bons resultados.

A pesquisa-ação, segundo Thiollent 1985, “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Nesse sentido a Arcadis Tetraplan com a concordância do Grupo Bertin e do IFC idealizou a realização da “Série de Consultas Públicas” em 4 (três) etapas sucessivas, que serão detalhadas nos próximos itens:

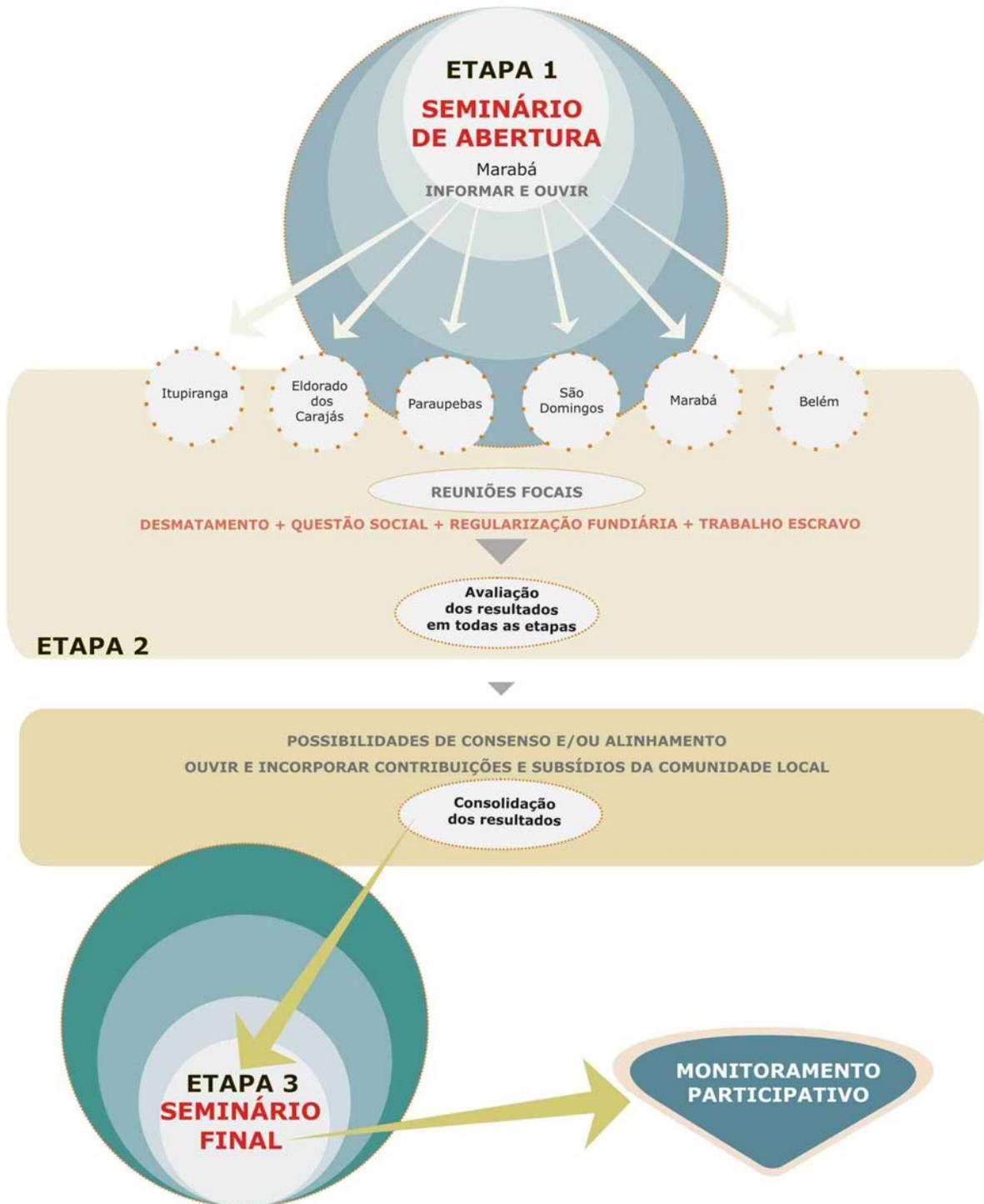
- Seminário de Abertura
- Reuniões Focais Descentralizadas (nos pólos sub-regionais)
- Seminário de Apresentação de Resultados
- Seminário de Apresentação dos Resultados do Estudo – Apresentação dos Programas Socioambientais

Essa dinâmica poderá ser melhor compreendida por meio da observação da figura 6.1.



Figura 6.1 - Séries de consultas públicas.

SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS





6.1.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA “SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS”

Etapa 1: Seminário de Abertura

No que se refere a esta primeira etapa da Série de Consultas Públicas – Seminário de Abertura, ocorrido em 11/04/2006, em Marabá/PA, o detalhamento dos seus principais objetivos, a descrição dos conteúdos e dinâmicas utilizadas e uma breve avaliação sobre os resultados obtidos, poderão ser observados neste mesmo relatório, no item “Resultados da Série de Consultas Públicas - Seminário de Abertura”.

Etapa 2: Reuniões Focais Descentralizadas

Em relação à segunda etapa da Série de Consultas Públicas – Reuniões Focais, ocorridas no mês de maio, em diferentes municípios, a descrição dos seus principais objetivos, dos conteúdos e dinâmicas utilizadas poderão ser observados neste mesmo relatório, no item “Resultados da Série de Consultas Públicas - Reuniões Focais Descentralizadas”.

Etapa 3: Seminário de Apresentação de Resultados

No que se refere a esta etapa da Série de Consultas Públicas – Seminário de Apresentação de Resultados, ocorrido em 06/07/2006, em Marabá/PA, o detalhamento dos seus principais objetivos, a descrição dos conteúdos e dinâmicas utilizadas e uma breve avaliação sobre os resultados obtidos, poderão ser observados neste mesmo relatório, no item “Resultados da Série de Consultas Públicas - Seminário de Apresentação de Resultados”.

Etapa 4: Seminário de Apresentação dos Resultados do Estudo – Apresentação dos Programas Socioambientais

No que se refere a esta última etapa da Série de Consultas Públicas – Seminário de Apresentação de Resultados - Apresentação dos Programas Socioambientais, ocorrido em 19/10/2006, em Marabá/PA, o detalhamento dos seus principais objetivos, a descrição dos conteúdos e uma breve avaliação sobre os resultados obtidos, poderão ser observados neste mesmo relatório, no item “Resultados da Série de Consultas Públicas - Seminário de Apresentação de Resultados do Estudo”.



6.1.4. RESULTADOS DA SÉRIE DE CONSULTAS PÚBLICAS

6.1.4.1. Etapa 1 - Seminário de Abertura

“MODELO DE PECUÁRIA SUSTENTÁVEL: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”

Local: Auditório da Universidade Federal do Pará em Marabá - Campus II – Folha 17 – Quadras e Lotes Especiais – Nova Marabá - PA

Data: 11/04/2006 – 13h30 h às 18h30

Formato: exposições seguidas de debates orientados

Participantes – 51 participantes representantes de diversos segmentos da comunidade local (Anexo 6.1 – Lista de Presença)

A) Justificativa

Em função da complexidade do tema e do desafio de se garantir um processo amplo e participativo é que se decidiu por um Seminário de Abertura que propiciasse a comunicação interativa entre um grupo de 50 a 80 pessoas aproximadamente, que fossem representativos dos mais diversos pontos de vista e interesses que poderão ser afetados pelo projeto. Trata-se, portanto, da busca de uma participação pluralista, com o envolvimento de representantes oriundos dos mais diversos setores da comunidade local e regional.

Na tentativa de alcance dessa representatividade, a Arcadis Tetraplan identificou os setores e as organizações (e indivíduos dentro dessas organizações) que melhor representariam cada um dos setores identificados. Entre esses figuram os setores público e privado, as diversas representações de classe – sindicatos dos produtores e dos trabalhadores rurais, universidades, organizações não governamentais vinculados aos interesses de outros setores da sociedade civil, entre outros.

B) Objetivos

Os principais objetivos dessa primeira etapa foram:

- i) Discutir as bases de um Modelo de Pecuária Sustentável para o Pará, especificamente em sua região sudeste, com atenção aos aspectos econômicos e técnicos (produtividade), sociais (valorização de entes institucionais diferenciados, seu papel e possíveis benefícios) e ambientais (ordenamento territorial e ganhos na apropriação dos recursos naturais).
- ii) Incentivar um processo participativo com o envolvimento dos diversos setores da sociedade, considerando os conflitos inerentes. Trata-se de ouvir e incorporar as contribuições e subsídios das comunidades locais, base do conhecimento local.
- iii) Identificar grupos convergentes ou divergentes tendo em vista as possibilidades de formação de consensos e/ou de alinhamentos.
- iv) Iniciar a articulação institucional de entes de interesse para a implementação do modelo.

C) Procedimentos adotados

Apresentação da agenda do dia

Dentro da metodologia escolhida, o seminário foi aberto com o mediador apresentando a "agenda do dia", (Anexo 6.2 - Folheto) seguido das colocações dos representantes das empresas envolvidas, que explanaram sobre seus objetivos e as respectivas formas de inserção no desenvolvimento do projeto.

- Abertura dos trabalhos
 - Grupo Bertin - Daniel Furquin – Expôs as características do Grupo Bertin, forneceu dados de unidades instaladas em outras localidades e explicou os estudos e planos que vêm sendo feitos para expansão do Frigorífico em Marabá;
 - IFC – International Finance Corporation – Maurício Athie – Explicou o papel do IFC na expansão das dinâmicas produtivas sustentáveis nas dimensões econômica, ambiental e social e reforçou o objetivo do evento de receber as impressões iniciais das partes interessadas e aprimorar a qualidade do estudo, para auxiliar o IFC no processo decisório do financiamento deste projeto;
 - ARCADIS Tetraplan – Lidia Biazzi Lu – Apresentou o conjunto de estudos requeridos pelo IFC, o enfoque metodológico e cronograma de atividades;
 - BioRastro – André Atanásio Cerqueira – Descreveu os requisitos da aplicação de Boas Práticas Agrícolas e do SISBOV (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina);
 - ARCADIS Tetraplan – Cíntia Philippi Salles - Apresentação da Metodologia da Condução da Consulta Pública.

Apresentação de Estudos Temáticos

Em seguida ocorreu a exposição de especialistas vinculados a três importantes instituições instaladas no Estado do Pará e diretamente ligadas à discussão de modelos de desenvolvimento sustentável vinculados à pecuária e outros (Anexo 6.3 – apresentação dos palestrantes).

- IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Ritaumaria Pereira – Explicou os processos da expansão da pecuária e seus impactos, mostrando dados de evolução e finalizou deixando um desafio para os participantes: quais os desafios para garantir a sustentabilidade da Amazônia e da pecuária em especial.
- FAEPA – Federação da Agricultura do Estado do Pará - Jose Ferreira Teixeira Neto – apresentou a evolução da pecuária, seus custos de produção, comparativamente a outros Estados e proposição de um sistema silvipastoril, com destaque para os padrões tecnológicos.
- EMBRAPA - Alfredo Homma – apresentou os desafios para o setor agrícola na Amazônia, as alternativas de atividades econômicas e algumas atividades de desenvolvimento agrícola.

Abertura para os Debates

Um dos momentos mais significativos foi a abertura dos debates para os participantes do seminário, sendo que a equipe Tetraplan buscou distanciar-se de dois erros muitos

comuns em processos desse tipo: a tendência de se gerar uma grande quantidade de propostas e/ou ignorar ou minimizar os pontos de desacordo ou de conflito.

No primeiro caso, é natural que todos os participantes queiram assegurar que seus interesses estejam refletidos na discussão. Sem contradizer-se a isso, o propósito de uma consulta é o de encontrar os temas em que haja um maior consenso para a ação e que possam efetivamente guiar as tomadas de decisão. Obviamente que as propostas deverão ser factíveis e com possibilidade de contar com o apoio da maioria dos grupos representados. Enfim, trata-se de identificar propostas para ação, a saber, as mais importantes, com maior viabilidade e que possam contar com o apoio da maioria.

No que se refere ao segundo aspecto, minimizar os conflitos, isso também pode ocorrer muito facilmente, porque nesses fóruns há uma tendência a se buscar consensos entre os diversos grupos. Quando se minimizam os desacordos e não se reconhecem os conflitos corre-se o risco de derrotar gradualmente o propósito da consulta, com alguns representantes podendo considerar que estão sendo ignoradas suas preocupações e sendo “forçados” a estabelecer concordâncias.

Por isso a orientação foi no sentido de explicitar os desacordos e assegurar que a relatoria do evento registrasse como parte da memória todas as discordâncias, fossem elas verbalizadas pelos presentes ou dirigidas ao mediador por meio de perguntas por escrito.

Em atenção a esses propósitos descreve-se abaixo as colocações mais expressivas e o conjunto de perguntas que foram apresentados ao longo dos trabalhos:

- O representante do Conselho de Meio Ambiente de Marabá reforçou a necessidade de busca de alternativas além da pecuária para contemplar os mais diferentes grupos sociais. Como por exemplo, promover pecuária integrada com outras atividades para permitir a inclusão dos pequenos produtores. Comentou que não conhece nenhuma política social para a região que seja de responsabilidade do Grupo Bertin.
- Um dos Produtores Rurais presentes comentou: “o Frigorífico pode dobrar a capacidade de abate a partir da amanhã desde que divida melhor o seu lucro com os pecuaristas. Se abrir mão de um pouco do seu lucro com a exportação, consegue realizar muita coisa. A região tem vocação para a pecuária e o desmatamento na região é um fato consumado. Quando o pecuarista for melhor remunerado, poderá recuperar os pastos, investir em genética e, desta forma, produzir mais em áreas que já estão desmatadas, evitando a abertura de novas áreas. Além disso, a melhor remuneração do pecuarista leva a uma melhora na qualidade de vida de seus funcionários, já que permite o investimento em moradias e salários”.
- O representante do Conselho Municipal de Saúde e do Conselho de Meio Ambiente expôs o seguinte: “a necessidade de recuperar áreas que não deveriam ter sido desmatadas com castanheiras, pois existe vocação da região para a exploração da castanha. A proposta é o consórcio de pastagens com castanheiras, que exigem muita mão-de-obra na sua colheita, permitindo a geração de empregos na região”.
- Algumas perguntas-chaves foram elaboradas: O Frigorífico só comprará gado rastreado e de propriedades com certificado GAP? Existe alguma política para pagamento do couro se este for de qualidade? Existe plano para instalação de um confinamento e de um curtume em Marabá pelo Grupo Bertin? Como está a questão do licenciamento ambiental do frigorífico? Sendo mais barato derrubar a floresta do que recuperar a pastagem, por que os produtores vão recuperar ao invés de desmatar?
- Um dos presentes solicitou ao grupo Bertin uma visita técnica ao frigorífico objetivando conhecer o empreendimento.

Apresentam-se abaixo o conjunto das perguntas elaboradas por escrito durante o Seminário.

Perguntas
Dirigidas ao Grupo Bertin
Não se sabe na realidade se o Frigorífico ou do complexo industrial ou lixão sabe-se que na Bacia Itacaiúnas houve mortandade de peixes, problemas alérgicos em pessoas nas imediações dos setores supracitados. Agora quanto ao odor de fato vem do frigorífico
Gostaria de saber se o Grupo Bertin vai montar um pólo de confinamento na nossa região para com essa ação segurar o preço do boi em determinada época do ano. Se o grupo tem uma política de preço diferenciada em relação aos pequenos e os grandes produtores. Eu sou pequeno produtor e não consigo vender para o frigorífico, gostaria de saber se o grupo tem quantidade mínima de compra.
Que tal vocês incentivarem produzir couro de primeira pagando pelo mesmo?
O Bertin estará disposto a pagar mais pela carne se os produtores investirem nas boas práticas?
O Bertin vai comprar de produtor com preocupações sociais e ambientais? Será que vai encontrar fornecedor
Com a venda da carne para a Arábia Saudita a arroba do boi poderá em breve alcançar o mesmo preço de São Paulo hoje – R\$50,00?
Já que o frigorífico Bertin é tão preocupado com o meio ambiente, então porque adquirir o frigorífico no município de Marabá sabendo que o mesmo possuía a licença de operação da Secretaria de Estado Tecnologia e Meio Ambiente?
Dirigida a representante do IMAZON
Do que você conheceu da pesquisa com os proprietários dos frigoríficos, você considera que o Bertin poderá influenciar a cadeia produtiva de maneira a uma produção sustentável? Como?
Qual o perfil dos proprietários dos frigoríficos, eles estão preocupados com uma pecuária sustentável?
Dirigida ao representante da FAEPA
Com a crise na pecuária, como o produtor poderá dispor de recursos para investir em recuperação de pastagem?
O custo para recuperar pastagem é bem maior que o custo para desmatar a floresta? Desse modo, o produtor rural não preferiria desmatar?
É somente pecuária que desmata? Quais são os outros agentes do desmatamento na Amazônia e no Pará?
Como o produtor em plena crise poderá investir em recuperação de pastagem?
Se é mais barato derrubar floresta, porque o pecuarista vai investir em reforma de pastagem?
Dirigida ao representante da EMBRAPA
O respeito às leis ambientais e as recuperações de áreas degradadas não seria um bom caminho para a “sustentabilidade”?
Como ele imagina que os conflitos sociais “assentamentos” e produtores vão evoluir no sudeste do Pará?
Dirigida aos Coordenadores do evento
Como a consulta pública vai atingir, ou envolver, a população urbana mais próxima do frigorífico, que reclama do odor do ar, que é provocado pelo empreendimento?

De maneira geral, todas as perguntas elaboradas foram respondidas, especialmente as endereçadas ao Grupo Bertin, conforme pode ser observado no Anexo 6.4 – Relatório completo do seminário.

No encerramento do seminário, os envolvidos na organização agradeceram a participação de todos, se colocaram a disposição para quaisquer dúvidas e reforçaram que o evento era apenas a etapa 1 da Série de Consultas Públicas, portanto não se pretendia que o assunto fosse esgotado, e sim o início do processo de discussão.

Avaliação do Seminário de Abertura

- Quanto à presença

Conforme lista de presença, houve a participação de 51 pessoas neste primeiro seminário. Considera-se que esse número retrate significativo interesse e mobilização institucional pelo tema, especialmente se observadas as especiais condições em que o evento foi planejado e organizado.

Adicione-se que, a região é marcada historicamente por conflitos sociais envolvendo a posse da terra, e exatamente na semana seguinte à realização do Seminário de Abertura, os movimentos sociais organizaram um grande evento em lembrança aos “10 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás”. De modo que nas semanas antecedentes, incluída a do dia 11/04, as atenções das organizações sociais locais e regionais estiveram concentradas nesse fato e na eventual possibilidade de que ocorressem confrontos.

Por outro lado, houve uma efetiva participação dos presentes nas discussões do Seminário e uma expressiva demonstração de interesse em colaborar com o desenvolvimento dos trabalhos, sendo possível fazer inferências de que este cenário colaborativo persista ao longo do período de realização do projeto, inclusive com perspectivas de gradual aumento de interesse e participação de outros segmentos sociais.

Os registros de presença do evento mostram as entidades que foram convidadas pela equipe, por meio de visitas presenciais, telefonemas e e-mails, e estiveram presentes/ausentes à reunião:

Tabela 6.1 - Instituições presentes na primeira reunião pública

Status	Entidade	Presença na reunião
Coordenação	Grupo Bertin	X
	IFC	X
	Biorastro	X
	Arcadis Tetraplan	X
Entes Governamentais	Secretaria Municipal da Saúde SMS/SESPA	X
	Banco da Amazônia	X
	Secretaria Executiva de Agricultura do Pará - SEAGRI	X
	EMBRAPA	X
	Instituto de Terras do Pará - ITERPA	



Status	Entidade	Presença na reunião
	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	X
	Universidade Federal do Pará - UFPA	X
	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ	X
	Secretaria Executiva de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM	
	Secretaria de Meio Ambiente de Marabá - SEMMA	X
	Secretaria de Agricultura – Marabá	X
	Secretaria Especial de Produção - SEPROD	X
	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	
	Delegacia Regional do Trabalho - DRT	
Entes não governamentais	IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	X
	Conselho Municipal de Meio Ambiente - Marabá	X
	Conselho Municipal de Saúde - Marabá	X
	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM	
	Comissão Pastoral da Terra - CPT	
	Federação da Agricultura do Estado do Pará- FAEPA	X
	Brasil Rural	X
	Comitê Municipal de Sanidade Animal - COMUSA	X
	Pro- Rural	X
	Produtores Rurais da Região	X
	Sindicato dos Produtores Rurais da Região	X
	Fundação de Desenvolvimento da Pecuária no Estado do Pará - FUNDEPEC	X
	Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI	
	COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços	

Nota-se uma expressiva presença dos entes governamentais estaduais e locais que têm em suas áreas de atuação intrínseco relacionamento com o tema do debate proposto. Em âmbito municipal, as secretarias demonstraram boa dinâmica participativa no processo de desenvolvimento dos trabalhos.

Entretanto, no que se refere às organizações não governamentais, foi significativa a ausência de representantes dos movimentos sociais ligados à luta pela terra, assentados rurais e pequenos produtores, atores que são fundamentais para a discussão das questões sociais e ambientais relacionadas à pecuária e modelos sustentáveis de desenvolvimento para a região. Ainda que, se considere a expressiva presença das

representações dos produtores rurais e de entidades voltadas para estudos e análises da questão amazônica.

As primeiras análises indicam que além da particularidade da data em que ocorreu o evento, próximo ao já citado “10 Anos de Eldorado dos Carajás” e da ocorrência da Assembleia Ordinária da FATA – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia, no mesmo 11/04, evento de extrema relevância para o setor, não se pode considerar como sendo um fator secundário, o seguinte elemento:

Esses segmentos sociais consideram que devam ser fortalecidos modelos alternativos de desenvolvimento social e econômico para região, distinto da pecuária de corte e que, segundo muitas das opiniões obtidas durante as entrevistas qualitativas realizadas pela equipe, historicamente têm privilegiado os médios e grandes produtores e o avanço nas fronteiras da floresta.

Por fim, cabe mencionar que diversos produtores da região participaram ativamente das discussões inclusive com propostas de encaminhamento de ações relacionadas ao projeto demonstrando grande interesse no tema (Anexo 6.5 -Fotos).

- Resultados dos Instrumentais de Avaliação dos Eventos Utilizados
 - Formulário “Que bom, que Pena, Que Tal”

Como instrumento de apoio, foi distribuído aos participantes um instrumento de avaliação- “Formulário Que bom Que Pena Que Tal” - especialmente elaborado para obter as principais impressões dos participantes sobre o primeiro evento da Série de Consultas Públicas e ainda, possibilitar a incorporação de sugestões dos participantes. A tabulação completa deste material encontra-se no Anexo 6.6.

A seguir estão descritos os principais pontos abordados nesta avaliação:

Daqueles que preencheram a avaliação quase 60% expressaram satisfação com a oportunidade proporcionada pelo evento de participar diretamente, com espaço para debate e manifestação. Foram nesse sentido as seguintes afirmativas: *“Muito boa a idéia da parte da empresa em procurar ouvir a sociedade em geral para tomar suas decisões”* ou ainda, *“Gostei pela forma que vocês deixaram as pessoas colocarem seus pontos de pensamento”*.

Adicionalmente, o seminário sugeriu a aproximadamente 24% dos respondentes que o projeto que está sendo proposto poderá contribuir para o desenvolvimento econômico da região, e que ainda, há possibilidades de que sejam firmados compromissos socioambientais. A seguir estão descritas o total das ocorrências:



Tabela 6.2 - Respostas apresentadas na primeira reunião pública – “Que Bom”

QUE BOM		
Categorias dos comentários	Número de ocorrências	Participação (%)
Valorização da oportunidade de participação direta	17	59
Percepção sobre Desenvolvimento Econômico/ Incremento de Emprego	4	14
Percepção do Compromisso socioambiental/ sustentabilidade	3	10
Discussão de alternativas de outros modelos de desenvolvimento	2	7
Outros	3	10
Total	29	100

Quando indagado aos participantes da avaliação sobre os aspectos negativos do evento/projeto – “Que Pena”, as principais atenções, 44% desses, focaram-se em críticas quanto a falhas de divulgação, e muitos indicaram essa deficiência como uma das responsáveis pelo que consideraram uma baixa representatividade de produtores rurais e/ou movimentos sociais. Destaque-se que dentro dessas ocorrências, além dos atores sociais citados, foi requerida uma maior presença do meio acadêmico e/ou científico, de instituições financeiras e outras lideranças locais.

Num outro grupo de respondentes, cerca de 15%, as preocupações estiveram concentradas na possibilidade do empreendimento ou da pecuarização trazerem impactos sociais e ambientais negativos para a região, como expressa a seguinte observação *“Não se avançou sobre os problemas sócio-ambientais causados pela pecuarização”*.



Tabela 6.3 - Respostas apresentadas na primeira reunião pública – “Que Pena”

QUE PENA		
Categorias dos comentários	Número de ocorrências	Participação (%)
Pouca divulgação do evento com reflexos no número de produtores e/ou movimentos sociais e/ou outros segmentos presentes	12	44
Pouca viabilidade de implantação de um modelo de pecuária sustentável na região	2	7
Possibilidade de impactos socioambientais negativos com a pecuarização e/ou empreendimento	4	15
Tempo insuficiente para o debate e/ou palestrantes	3	12
Forma de inserção do Grupo Bertin em Marabá (abastecimento, preço pago ao produtor, não verticalização da cadeia)	2	7
Outros	4	15
Total	27	100

No que se refere aos comentários propositivos _ “Que tal”-, a maioria tratou de sugerir a ampliação da divulgação para os mais diversos segmentos sociais, sendo interessante notar que foi citada a possibilidade de se convidar outros frigoríficos da região para corroborarem um modelo de pecuária sustentável, traduzindo um dos interesses do projeto. Ou seja, trata-se da possibilidade do Grupo Bertin vir a tornar-se um pólo irradiador e multiplicador de boas práticas e sustentabilidade social ambiental e econômica: *“Verificar se frigoríficos da região não estão interessados na discussão da pecuária sustentável e avaliar as possibilidades de expansão da idéia em outras unidades”*.



Tabela 6.4 - Respostas apresentadas na primeira reunião pública – “Que Tal”

QUE TAL		
Categorias dos comentários	Número de ocorrências	Participação (%)
Ampliar divulgação e/ou participação de outros segmentos (pequeno produtor, comunidade científica/acadêmica, estudantes, organizações e movimentos sociais, outros frigoríficos, instituições financeiras)	12	42
Aprofundar as discussões com relação às questões socioambientais	7	24
Revisão do modo de atuação do Grupo Bertin na região (valores comerciais praticados, abastecimento do mercado interno, integração com comunidade local)	6	20
Outros	4	14
Total	29	100

- Telegramas ao Grupo BERTIN

Outro instrumento utilizado foi uma ficha em forma de telegrama, sugerindo ao participante que enviasse um recado ou pergunta diretamente ao Grupo Bertin. A relatoria integral desse instrumental de avaliação encontra-se a seguir:

TELEGRAMA AO GRUPO BERTIN
Dentro das parcerias público-privada, chamar o Grupo Bertin para desenvolver este processo junto ao Serviço de Defesa Sanitária, favorecendo assim uma atuação mais plena na qualidade sanitária do rebanho bovino da região Sul e Sudeste do Pará. A aplicação de recursos ou doações no Serviço de Defesa Oficial, com certeza tornará mais íntimo o relacionamento entre os dois aspectos da cadeia produtiva.
Vamos tirar Marabá da clandestinidade nos seus abates?
O Grupo deveria ter mais afinidade com as discussões inerentes à região em que se instalou. Por que pode ser um importante elemento de transformação social do meio por trazer crescimento econômico. Se a dinâmica do Grupo Bertin estiver voltado para os problemas da região, isso poderia voltar como melhoria da imagem do grupo.
Quero ver o Bertin (Marabá) funcionando com todo o vapor com curtume, fábrica de calçados, fábrica de ração (fábrica de empregos)!
O município de Canaã dos Carajás é um grande produtor de gado deste Estado. Qual a procura por animais neste município?
Acho a presença do Grupo em nossa região muito importante, mas acho que o grupo tem que tratar os fornecedores da mesma forma e não discriminar os pequenos.
Falta o Grupo esclarecer quais são suas verdadeiras propostas quanto a produção local. O Grupo vai comprar fazendas na região? Essas fazendas vão dar prejuízo ao produtor? Quais suas políticas de apoio ao produtor, políticas ambientais, sociais?
Melhorar mais rápido o preço da arroba do boi.
Ter um fundo de recurso para melhoria de estradas para transportar o produto (bois).



TELEGRAMA AO GRUPO BERTIN

Por que o Grupo não incentiva mais o produtor com uma política de preços praticados mais eficientes?

Sou estagiária e preciso estagiar, mesmo de graça, por favor. Turma de Agronomia/2003. Gostaria que vocês pudessem me encaminhar dados referentes ao Grupo Bertin, pois gostaria de poder conhecer melhor o trabalho desse Grupo.

Que retorno social o Grupo poderá oportunizar à comunidade local? Além da geração de emprego e renda, por exemplo: recuperar uma área degradada; ajudar alguma ONG, etc...

Penso que poderiam ser realizadas mais reuniões com produtores rurais, para chegar num acordo, pois lhe garanto que a arroba do boi em Marabá é de grande desgosto para nós grandes produtores. Pois aqui em Castanhal é pago em média R\$ 8,00 a mais na arroba do boi vivo.

Parabéns pela iniciativa. Raul Proença (94) 9973-1360

A alma do negócio não é o segredo, e sim a divulgação.

O Frigorífico Bertin tem que ser mais descentralizador nas suas ações, porque este mesmo frigorífico teve apoio de todos ou quase todos os pecuaristas do município de Marabá e Região. (José Vasconcelos – Comitê Municipal de Sanidade Animal – COMUSA).

Aumente o preço da arroba do Bertin.

Como o Bertin espera melhorar de forma geral a pecuária no Estado do Pará?

Em quanto tempo o Bertin espera estar com 100% dos produtores (fornecedores) em dia com as propriedades e os animais certificados?

O Bertin teme aumentar ainda mais o desmatamento e o problema social?

Se a liberação da área como livre de febre Aftosa aumenta o preço por que o mesmo não aconteceu em Rondônia?

Desejamos sua ampliação com qualidade de vida para nossa população.

Procure entender os conceitos causados pela concentração de renda e terra na região que é fomentado pela pecuarização.

Procurar pagar um preço melhor pela carne do novilho precoce de bom acabamento de carcaça. Este fato é importante para estimular os produtores.

Não existe cadeia produtiva com elos fracos.

Já passou da hora de melhorar o desempenho da cadeia produtiva da pecuária de corte paraense. (FAEPA)

- Considerações Finais

A estrutura dessa primeira etapa, com uma tarde inteira de trabalho foi produtiva e muito bem aproveitada pelos participantes, praticamente todos permaneceram motivados e dispostos até o final das discussões.

A Consultoria avalia que, para o último seminário, a intenção é que se mantenha a metodologia proposta, com mais tempo para divulgação do evento, também cabe um fechamento do evento mais apropriado considerando-se os principais pontos abordados.

Faz-se necessário uma avaliação conjunta, GRUPO BERTIN/IFC/ARCADIS TETRAPLAN quanto às expectativas e os resultados obtidos com o Seminário, bem como discutir uma nova estratégia de comunicação referente ao projeto, que ajude a garantir um maior número de representantes nas discussões, ou seja, uma participação plural (Anexo 6.7).

Em atenção a isso o encaminhamento deverá ser de intensificação das abordagens “presenciais” da equipe Arcadis Tetraplan, com visitas e telefonemas aos entes institucionais considerados fundamentais para o projeto, mas também caberá uma especial atenção ao modelo de divulgação na grande mídia, adotado para o evento pelas assessorias de comunicação do Grupo Bertin e IFC. Isso em função das distâncias

geográficas, das diferenças de linguagem e as dificuldades de acesso à informação das comunidades locais.

Na verdade, será fundamental a definição de uma política de divulgação das informações e resultados, já que as propostas de políticas e ações inicialmente apresentadas pelo projeto, deverão modificar-se e reformular-se com base nas informações das consultas públicas e a consolidação das mesmas em sínteses.

Os informes das Consultas Públicas, assim como as sínteses delas derivadas, deverão traduzir-se em “produtos/resultados” a serem disseminados a todos os participantes das três etapas e a outros grupos potencialmente afetados e /ou interessados pelo projeto.

6.1.4.2. Etapa 2 - Reuniões Focais Descentralizadas

Justificativa

Considerando-se as características particulares da região e a necessidade de ampliar a discussão acerca do projeto para outros municípios além daquele onde está sediado o empreendimento, e ainda, em atenção à metodologia de pesquisa-ação participativa escolheu-se a técnica de grupos focais para condução do processo.

A técnica de grupos focais pressupõe a formação grupos dirigidos de discussão, que visam produzir informação sobre um tema específico, a partir da composição de um conjunto de entes selecionados. O critério para a seleção dos integrantes do grupo é determinado pelos objetivos do estudo (WARD et al, 1991).

Nesta técnica, os participantes dos processos reúnem-se para discutir e opinar sobre determinado tema, visando a realização de um diagnóstico da realidade ou para analisar e concluir, contribuindo na busca de soluções para o problema focalizado.

De acordo com SILVEIRA et al (2005), o grupo focal deverá ser coordenado por um moderador capacitado que proporá uma série de questões por meio de um roteiro preestabelecido. Entretanto a discussão é espontânea, e os participantes são estimulados a discutir livremente suas opiniões e sentimentos sobre o tema proposto. O moderador é responsável por manter o debate focado no tema em estudo mas poderá permitir o desvio do roteiro se os participantes trouxerem outros temas relacionados ao assunto.

O coordenador deverá apresentar as pessoas da equipe que estarão no papel de observador e de relator e que farão as anotações sobre os pontos de vista emitidos, sem se manifestar em nenhum momento sobre o assunto em pauta. Este deverá ainda dar esclarecimentos sobre o tema focalizado, definindo o tempo disponível (no máximo 2 horas) para que todos possam opinar sobre as questões.

Poderá ser utilizado pelo coordenador um gravador, contanto que haja concordância dos presentes. A comunicação deve ser verbal, o observador anotar as reações dos participantes (10 a 12 pessoas) e o relator anotar tudo o que for dito. A técnica de discussão não é diretiva, portanto, todos têm direito de controlar o debate e intervir para manter o tema focalizado.

Posteriormente será feita a análise e a síntese das informações registradas, separando-se as necessidades detectadas pelo grupo focal e as propostas de ação viáveis. O observador e o relator colaborarão na sistematização das opiniões gravadas e os participantes poderão contribuir nisso também (PELICIONI, 1999).

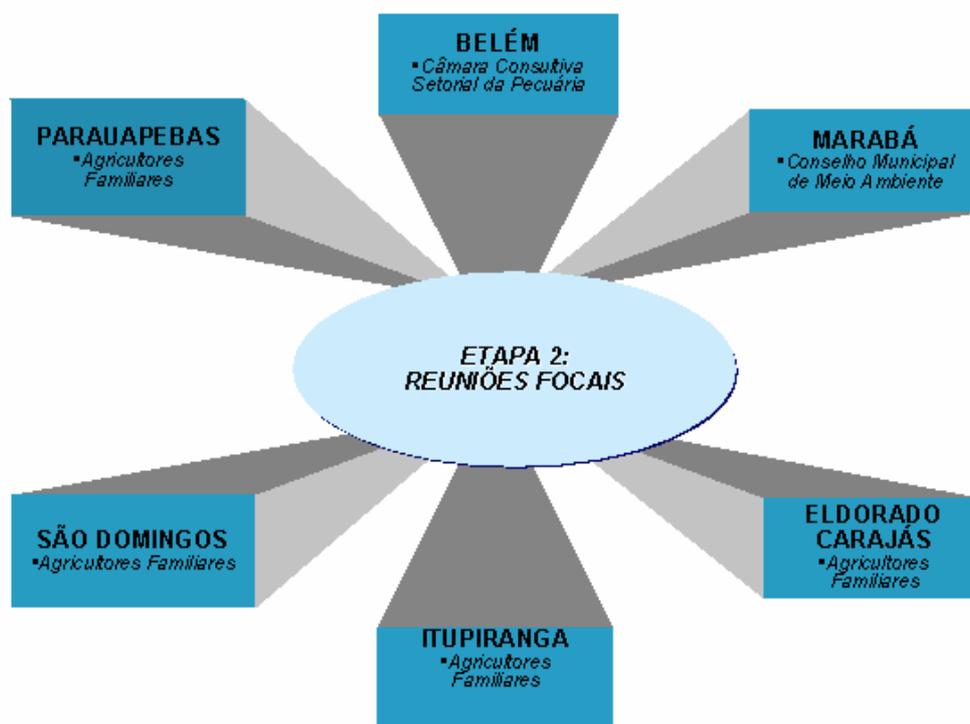
Planejamento das Reuniões Focais

Os grupos focais foram selecionados conforme sugestão de organizações locais, especificamente a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Sudeste do Pará e a COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços e também do próprio Grupo Bertin, considerando-se o cruzamento dos seguintes fatores:

- temática – tendo em vista as preocupações principais que devem ser debatidas de forma a se encaminhar propostas de soluções, com medidas de encaminhamento para solução da problemática apontada, seja no âmbito de políticas públicas a serem adotadas para a região, seja ainda pelo próprio Grupo Bertin, naquilo que for de sua competência.
- localização - tendo em vista estabelecer uma boa cobertura territorial da área de influência direta do frigorífico.
- privilegiar as localidades onde os movimentos sociais estão reconhecidamente mais estruturados e/ou os conselhos de meio ambiente e de saúde tenham uma atuação mais efetiva.

Ao final do cruzamento desses fatores, decidiu-se pela realização de seis reuniões focais, em seis municípios da região, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 6.2 - Planejamento das reuniões focais



Objetivos

Os principais objetivos da segunda etapa foram:

- Discutir as bases de um Modelo de Pecuária Sustentável para o Pará, especificamente em sua região sudeste, com atenção aos aspectos econômicos e técnicos (produtividade), sociais (possíveis benefícios) e ambientais (ordenamento territorial / ZEE e processos produtivos adequados ambientalmente).
- Incentivar processos participativos com o envolvimento dos diversos setores da sociedade, considerando eventuais conflitos. Trata-se de ouvir as contribuições e subsídios das comunidades, base do conhecimento local.
- Iniciar a articulação institucional de entes de interesse para a implementação do modelo, considerando as práticas produtivas que o Grupo Bertin irá otimizar.

Procedimentos adotados

- Apresentação da agenda do dia (Listas de Presença - Anexo 6.8)

As reuniões focais foram abertas pelo coordenador apresentando o projeto "Avaliação dos impactos ambientais e sociais da expansão do Grupo Bertin do Sudeste do Pará - cadeia da pecuária sustentável e sistema de boas práticas", o papel das empresas envolvidas e respectivas formas de inserção no projeto: Arcadis Tetraplan/Biorastro/IFC/Grupo Bertin e a metodologia da condução da Série de Consultas Públicas.

Posteriormente, o coordenador apresentou a equipe de trabalho incluindo a moderadora e a relatora e solicitou que todos os participantes se apresentassem. A discussão foi dirigida de forma aberta e espontânea respeitando as diversas opiniões dos participantes e conduzida por meio de uma série de questões referentes à temática:

- Qual é a realidade do dia a dia do grupo?
- Qual a visão do Grupo sobre Pecuária Sustentável? Quais os principais problemas e alternativas de solução.
- Como vêem a iniciativa do Grupo Bertin – dificuldades que terão que ser enfrentadas?
- Quais as possibilidades de interação e parceria do projeto Bertin com o grupo?

A relatora anotou tudo que foi discutido e as reuniões foram gravadas com a autorização dos presentes, excetuando-se a reunião focal com o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá que não autorizou a gravação da reunião. Ficou acordado que a sistematização das discussões deverá ser encaminhada e aprovada por um representante escolhido pelo grupo.



- Reuniões Focais

Reunião Focal 1 - “Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”

Local: Sala da COPSERVIÇOS em *Eldorado dos Carajás*

Data: 16/05/2006 – 9h00 h às 12h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 11 participantes representantes dos agricultores familiares

Os participantes da reunião fizeram as suas colocações (Anexo 6.9), relatando o histórico da região assim como as experiências vividas por cada um. O representante de Secretaria Municipal de Agricultura de Eldorado dos Carajás destacou as dificuldades enfrentadas, tais como a questão do tamanho do lote que é pequeno; o fato do preço do gado ter caído bastante (excesso de oferta); a falta de estradas e de eletrificação rural.

O coordenador da Copserviços de Eldorado destacou que a Copserviços trabalha com a pecuária só que voltada para leite. Quando se pensa em frigorífico, pensa-se em gado nelore, que é inviável para pequena área. Enfatizou que o frigorífico não atende as necessidades dos pequenos agricultores. Citou um projeto trabalhado pela Copserviços que é direcionado à linha ambiental, denominado PRONAF Floresta.

Sobre o PRONAF Floresta, o representante de Secretaria Municipal de Agricultura de Eldorado dos Carajás destacou que é um desafio porque as florestas da região foram desmatadas quase totalmente. Portanto, é uma oportunidade de recuperar a questão do verde do município e da região.

O coordenador da Copserviços de Eldorado ressaltou que a sustentabilidade da agricultura familiar não se mantém basicamente com a pecuária. É essencial que haja a diversificação da produção. Sobre a lógica dos agricultores criarem gado, citou que a maioria dos agricultores só faz colocar o gado no pasto, não se preocupando com o manejo adequado.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Pontos Positivos
 - Geração de renda, mas é preciso traçar uma política de sustentabilidade
- Pontos Negativos
 - Preocupação com o aumento da pecuarização (aumento do impacto ambiental e da degradação ambiental)
 - Contra a pecuária de corte (o pequeno produtor não tem como trabalhar na lógica do frigorífico)
 - Necessidade de recuperar as pastagens, porém as tecnologias não estão disponíveis para a agricultura familiar
- Pecuária Sustentável

- *“Necessidade de mudar a cabeça do agricultor lentamente para entender que a sustentabilidade não se dá basicamente só com a pecuária e sim com a diversificação da produção”*

- Pecuária pode ser viável, mas está tornando-se quase uma “monocultura”

Reunião Focal 2 - “Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”

Local: Sala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em *Parauapebas*

Data: 16/05/2006 – 15h00 h às 18h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 10 participantes representantes dos agricultores familiares

O debate teve início com o coordenador da Copserviços de Parauapebas explicando o contexto histórico da região (Anexo 6.10). Trata-se da “Região do Contestado”, na qual estão inseridos vinte e três Projetos de Assentamento (PA), sendo localizada geograficamente em Marabá, porém, com acesso por Parauapebas. Explicou que o movimento social se preocupa com a diversificação da produção no lote, uma vez que as áreas são pequenas. Portanto, não se pode viver só da pecuária. Deve-se investir em pequenas criações, fruticultura, ou seja, outras atividades.

O representante da Associação dos Produtores Rurais do PA Carlos Fonseca comentou que o preço do gado caiu muito e que, por isso, o agricultor familiar se voltou para outras criações. Informou sobre a Feira do Produtor, organizada pela prefeitura de Parauapebas, que disponibiliza transporte para o colono, além da estrutura física da Feira.

O coordenador da Copserviços de Parauapebas explicou que a Copserviços trabalha os projetos com a questão da demanda qualificada. Isto é, para o agricultor conseguir financiamento, o seu projeto não pode conter somente o gado, é preciso que haja outra atividade diferenciada.

A representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá salientou que quando se fala em frigorífico, pensa-se em grandes abates e que isso não é interessante para o agricultor. Acredita que isso vai gerar um confronto, *“Um conflito que vai se instalar.”*

Um representante dos agricultores perguntou qual seria a visão da Arcadis Tetraplan sobre pecuária sustentável. Após ouvir a resposta, concluiu afirmando que a pecuária sustentável não tem sustentabilidade.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Pontos Positivos
 - Geração de emprego, apesar de ser vantajoso principalmente para os fazendeiros
- Pontos Negativos
 - Não atende a realidade do pequeno produtor.
 - O Bertin não compra do pequeno produtor e, com a crise, o fazendeiro não compra bezerro do colono, que por sua vez não tem para quem vender

- Pecuária Sustentável

- *“Poderá dar certo. A construção será real a partir do momento em que todas as partes interessadas sejam convidadas a participar do processo.”*

- A pecuária sustentável não tem sustentabilidade (o solo não é viável para pecuária)

Reunião Focal 3 - “Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”

Local: Sala do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em *São Domingos do Araguaia*

Data: 17/05/2006 – 9h00 h às 12h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 14 participantes representantes dos agricultores familiares

O debate teve início com um questionamento referente ao local de ampliação do frigorífico, se seria em Marabá ou outro município. A coordenadora da reunião explicou que se tratava da expansão da planta de Marabá (Anexo 6.11).

Outro questionamento foi em relação ao abate, se a ampliação atenderia pequenas criações ou somente o gado, sendo explicado que o financiamento solicitado refere-se à duplicação do abate de gado, que atualmente é de 800 cabeças/dia.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Araguaia levantou a preocupação da ampliação do frigorífico incentivar o agricultor a derrubar toda a mata, além de substituir o gado de leite pelo gado de corte. Entretanto, considerou que a expansão pode gerar emprego e melhorar o preço do bezerro.

O coordenador da Copserviços de São Domingos do Araguaia destacou que a Copserviços trabalha a questão da diversificação da produção, através da cultura permanente, extrativismo, pequena criação. Ressaltou que o movimento social precisa entender melhor o projeto e os possíveis benefícios do projeto para o pequeno agricultor.

Posteriormente, o coordenador da Copserviços de São Domingos do Araguaia relatou que a maioria dos córregos que existiam estão secando porque se desmatou a mata ciliar. A Copserviços está tentando recuperar algo e conservar o que ainda existe, através de alguns projetos implantados. Destacou que a sustentabilidade alimentar é o primeiro passo.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos do Araguaia indagou sobre de que maneira o frigorífico poderia ajudar os Projetos de Assentamentos.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Pontos Positivos

- Não são contra a pecuária. Defendem a sustentabilidade alimentar em primeiro lugar (agricultura familiar x subsistência)

- Geração de emprego

- O preço do bezerro pode melhorar

- Pontos Negativos
 - Impactos ambientais negativos: degradação do solo, desmatamento desordenado
 - Não contribui para a solução do problema sanitário da carne consumida pelos pequenos agricultores
 - Toda a carne do frigorífico é exportada, não fica nada no município. Ninguém consome a carne do Bertin
- Pecuária Sustentável
 - A pecuária deve estar inserida na diversificação da produção
- Interessante: cooperativa de produção foi implantada e foram iniciadas parcerias para beneficiamento

Reunião Focal 4 - "PECUÁRIA SUSTENTÁVEL: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará"

Local: Sala da COPSERVIÇOS em *Itupiranga*

Data: 17/05/2006 – 15h00 h às 18h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 15 participantes representantes dos agricultores familiares

O início do debate ocorreu com o presidente da Associação dos Trabalhadores Unidos Luís Claudino PA Coco III fazendo um elogio à atuação da Copserviços que, segundo ele, é a prestadora de serviços da região que melhor conhece a realidade do campo, conhecendo colono por colono (Anexo 6.12).

O coordenador da Copserviços de Itupiranga esclareceu que a região é vítima da pecuária, uma vez que explora toda a madeira da área, põe fogo quando acaba a madeira, põe capim e o gado. Comentou que o gado sempre foi visto como uma poupança na agricultura familiar só que, ultimamente, essa visão está mudando em função da crise da pecuária.

Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itupiranga destacou que o movimento social combate a pecuária porque influencia o agricultor a desmatar todo o seu lote. Para a agricultura familiar, é inviável se sustentar só dessa atividade. Porém, a pecuária pode ajudar na renda familiar, desde que também tenham outras atividades.

O coordenador da Copserviços de Itupiranga comentou sobre a questão da exploração dos recursos naturais, que foi feita desordenadamente uma vez que havia abundância e que, por isso, tudo foi explorado porque parecia que nunca ia acabar. Destacou as grandes multinacionais que entraram no sudeste do Pará e que se apropriaram do conhecimento, através de várias pesquisas, mas que nada deixaram de retorno para a região. Não quer que o Bertin repita essas experiências. Sugeriu uma parceria entre a Universidade Federal do Pará e o Bertin para a implantação de um curso técnico em agropecuária ou curso de medicina veterinária para os filhos dos agricultores.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Pontos Positivos



- Geração de empregos diretos e indiretos
- Pontos Negativos
 - "*Temos mágoa do Bertin*"
 - "*O Grupo tem realmente interesse em ajudar a região?*"
 - Para a agricultura familiar o frigorífico é negativo, pois vai induzir o colono a transformar o gado de leite em gado de corte, plantar capim para alugar pasto, vai causar reconcentração de terras e desestruturação da cadeia
- Pecuária Sustentável
 - É difícil a pecuária ter viabilidade num Projeto de Assentamento

Reunião Focal 5 - "Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará"

Local: Secretaria Municipal de Meio Ambiente em Marabá

Data: 18/05/2006 – 9h00 h às 12h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 12 participantes representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá

Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá comentou que houve uma melhoria, quando comparado o Bertin ao antigo frigorífico Marabá e que existe uma preocupação socioambiental do Bertin, pelo menos no papel.

Um representante da Secretaria Municipal de Saúde sugeriu que o Bertin invista na silvicultura. Deu o exemplo da relação de um boi para um hectare e que se pode plantar uma castanheira a cada dez metros. Portanto, em um hectare, pode-se plantar várias castanheiras e ainda ter o boi no pasto. Destacou que Marabá era conhecida como o Polígono dos Castanhais e que hoje é o Polígono do Capim. Dessa forma, o Bertin deve incentivar os seus fornecedores a investir na silvicultura.

O presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá esclareceu que o Bertin deve entender que Marabá não é um lugar isolado, e sim um local que possui entidades organizadas, preocupadas com a questão ambiental.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Resistência inicial à participação por considerar que estaria validando o processo de implantação do frigorífico
- Algumas preocupações
 - Integração da pecuária de leite com a pecuária de corte
 - O Grupo vai instalar curtume em Marabá? Em que local? Utilizará o financiamento do IFC para isso?
 - Marabá não tem matadouro municipal e o Bertin não está aberto ao mercado local

- Mudança de atitude: a receptividade do Grupo Bertin à visita técnica do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá foi determinante para a abertura de diálogo
- Recomendações e sugestões
 - Bertin deveria investir no mercado local e não somente se preocupar com exportação
 - O Bertin deve ser um modelo de gestão ambiental, principalmente em sistema de despejo
 - Bertin deve incentivar os fornecedores a praticar o sistema agrosilvipastoril
 - Apoiar o projeto Reviver – recuperação do rio Itacaiúnas, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Marabá
 - Qualificar a mão de obra local

Reunião Focal 6 - “Pecuária Sustentável: Perspectivas e Desafios para se Implementar um Modelo de Pecuária Sustentável na Região Sudeste do Pará”

Local: Federação de Agricultura do Estado do Pará em *Belém*

Data: 22/05/2006 – 15h00 h às 18h00

Formato: exposição do projeto seguido de debate aberto e orientado

Participantes – 17 participantes representantes da Câmara Setorial Consultiva da Pecuária

Os membros da Câmara Setorial Consultiva da Pecuária fizeram as suas colocações, relatando as experiências de cada um com a questão da pecuária, além de analisarem a atuação do Grupo Bertin, tanto de forma geral como a atuação do Bertin no sudeste do Pará (Anexo 6.13).

Um representante da Federação da Agricultura do Estado do Pará fez um esclarecimento sobre a criação e instalação da Câmara Setorial Consultiva da Pecuária, que ocorreu devido à necessidade de se ter um local permanente de discussão dos interesses do governo do Estado e do setor produtivo.

O presidente do Fundo de Desenvolvimento da Pecuária do Pará enfatizou que a pecuária é uma fronteira aberta e consolidada. Comentou que o preço da arroba está defasado e que não existe uma “relação de amigo” com o Bertin, devido à forma como o grupo se instalou em Marabá, onde os fazendeiros são acostumados a conversar com o dono, “mas no Bertin não tem dono, só tem gerente”.

Um pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental destacou que a região de Marabá foi intensamente desmatada em virtude da pecuária. Sobre uma situação que seria a ideal, considerou que o primeiro passo é que não se deve desmatar. É preciso utilizar racionalmente as áreas abertas, cumprir a legislação ambiental, preservar a mata ciliar e as nascentes, implantar o sistema de rastreamento, evitar o uso do fogo, diversificar a pastagem, discutir a sanidade ambiental, discutir o problema do carvão em Marabá.

O presidente da Câmara Setorial Consultiva da Pecuária citou as dificuldades da pecuária, tais como o baixo preço da arroba do boi; a questão da sanidade, que se torna uma barreira econômica; a questão da febre aftosa, uma vez que o preço da arroba não aumentou com o fim da febre aftosa.

O pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental alertou que o Banco Mundial se preocupa com outras questões que vão além das discutidas durante a reunião, tais como o seqüestro de carbono, a emissão de gases, a qualidade do trabalho, a qualidade da água, o corredor de biodiversidade etc.

Um representante da Federação da Agricultura do Estado do Pará comentou que o Bertin terá grande dificuldade em se adequar às exigências internacionais – que são grandes – por se encontrar em uma situação cômoda.

São destacados alguns pontos da reunião:

- Pontos Positivos
 - A Câmara está aberta para uma parceria com o Grupo Bertin
 - É possível dobrar o abate sem abrir novas áreas
- Pontos Negativos
 - O Brasil é o maior exportador de carne, mas os lucros da exportação não chegam ao produtor, restando para o mesmo o custo da rastreabilidade
 - O Bertin se instalou em Marabá sem procurar ou se aproximar das comunidades locais (postura estranha em Marabá)
 - Política fiscal – FUNRURAL: o Bertin retira do produtor, mas não repassa para o governo federal
- Pecuária Sustentável
 - Não tem dúvida que a pecuária é sustentável econômica, social e ambientalmente
 - Existem tecnologias de melhor aproveitamento de áreas abertas. É possível duplicar o abate sem desmatamento porque a pastagem está sendo usada de forma extensiva. O Bertin pagará mais por isso?
 - Integração entre agricultura, pecuária e reflorestamento na propriedade
- Interessante: “Como inserir o assentado neste projeto?”
- Recomendações e sugestões
 - Identificar e considerar a importância da cadeia produtiva, todos os elos tem interesse que a cadeia funcione bem. Não existe cadeia forte com elo fraco. “Que o Grupo Bertin aumente a interação com a Câmara Setorial de Pecuária de Corte”
 - Bertin pode auxiliar na organização da cadeia produtiva. O assentado está mais organizado que o médio e o grande produtor. Os produtores precisam entender que a força está na organização.
 - “É um fato novo e importante o Grupo Bertin estar na Amazônia, com possibilidades de parceria para exportação, não somente através do sudeste do país mas também via Norte. O Grupo Bertin deveria criar uma via exportadora de carne, através do porto ou aeroporto, do Pará para o exterior”
 - “Favor ver uma maneira de associar a expansão da tecnificação da pecuária com o reflorestamento da região de Marabá”

- Considerações Finais

As reuniões focais realizadas foram de extrema importância para a obtenção de subsídios para o projeto. É interessante ressaltar a receptividade encontrada pela equipe da Arcadis Tetraplan nas quatro reuniões realizadas com os agricultores familiares e na reunião com a Câmara Setorial Consultiva da Pecuária.

A troca de experiências foi significativa, com depoimentos, críticas construtivas ao Bertin, além de diversas sugestões que serão incorporadas ao projeto para análise quanto à viabilidade de execução.

6.1.4.3. Etapa 3 - Seminário de Apresentação de Resultados

Local: Hotel Vale do Tocantins – Folha 29, Quadra Especial, Lote 01 – Nova Marabá – Marabá / PA

Data: 06/07/2006 – 8h30 às 13h

Formato: exposições seguidas de debates orientados

Participantes – 56 participantes representantes de diversos segmentos da comunidade local

Justificativa

Em função da complexidade do tema e do desafio de se garantir um processo amplo e participativo é que se decidiu por um Seminário de Apresentação de Resultados que propiciasse a comunicação interativa com um grupo, que fosse representativo dos variados interesses que poderão ser afetados pelo projeto. Trata-se, portanto, da busca de uma participação pluralista, com o envolvimento de representantes oriundos dos mais diversos setores da comunidade local e regional.

Objetivos

Os principais objetivos da terceira etapa foram:

- i) Apresentar as opiniões e sugestões advindas das Etapas I e II
- ii) Obtenção de novos subsídios que poderão enriquecer os programas socioambientais a serem implantados

Procedimentos adotados

- Apresentação da agenda do dia (Anexo 6.14 e 6.15 – folheto e cartaz)

Dentro da metodologia escolhida, o seminário foi aberto com o mediador apresentando a “agenda do dia”, seguido das colocações dos representantes das empresas envolvidas, que explanaram sobre seus objetivos e as respectivas formas de inserção no desenvolvimento do projeto.

- Abertura dos trabalhos
 - IFC – International Finance Corporation – Maurício Athie – Explicou o papel do IFC na expansão das dinâmicas produtivas sustentáveis nas dimensões econômica, ambiental e social e corroborou o objetivo do evento de receber impressões adicionais das partes interessadas, fundamentais para o aprimoramento da qualidade do estudo, e elemento auxiliar o IFC no processo decisório do financiamento deste projeto;
 - Grupo Bertin - Daniel Furquim – Expôs as características do Grupo Bertin, forneceu dados relativos às unidades de outras localidades e explicou os estudos e planos que vêm sendo feitos para expansão do Frigorífico em Marabá;
 - BioRastro – André Atanásio Cerqueira – Descreveu os requisitos da aplicação de Boas Práticas Agrícolas e do SISBOV (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina);
 - ARCADIS Tetraplan – Lidia Biazzi Lu – Apresentou brevemente a ARCADIS Tetraplan.

- Apresentação do Estudo

Em seguida a ARCADIS Tetraplan apresentou o estudo utilizado no projeto.

- ARCADIS Tetraplan – Marcelo Hercowitz: Apresentação do Enfoque do Estudo
- ARCADIS Tetraplan – Miriam Ribeiro Biancardi: Apresentação da Metodologia da Participação Social
- ARCADIS Tetraplan – Cíntia Philippi Salles - Apresentação da Metodologia da Série de Consultas Públicas

- Abertura para os Debates

Em seguida, foi aberto o debate, sendo que as colocações mais expressivas dos participantes estão descritas a seguir:

- O representante da Cooperativa de Prestação de Serviços levantou a questão de que o “Arco do Boi” coincide com o “Arco do Fogo” e com o “Arco do Sangue” (dos conflitos agrários). Enfatizou que os cidadãos da Amazônia Oriental não podem admitir que esses três mapas sejam apresentados como fatalidade ou coincidência.
- O representante do Conselho de Meio Ambiente de Marabá explicou o funcionamento do Conselho. Considerou salutar a maneira como o Bertin está conduzido o processo. Reforçou que o Conselho deseja se manifestar antes da expansão do frigorífico e que a localização do curtume deve ser alterada frente ao que foi originalmente planejado.
- Um dos diretores do IFC comentou sobre a gravidade dos “Arcos” e destacou que deve haver uma mudança nas ações governamentais, mas também nas atitudes empresariais. Não considera que uma empresa vai resolver os problemas da Amazônia, mas que pode ser um exemplo.
- O representante do Conselho Nacional dos Seringueiros citou a importância da questão social e que é inadmissível que atualmente possa existir alguma empresa que ainda trabalhe com práticas escusas ou sem assumir as responsabilidades que lhe cabem, sejam sociais ou ambientais. Alertou que a sociedade e os movimentos sociais estarão sempre vigilantes nesse aspecto.
- O representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá mostrou-se disposto a estabelecer parceria com o Grupo Bertin no sentido do fortalecimento (e

não do desaparecimento) da agricultura familiar da região. *“Quando tem parceria, a gente vai longe”.*

- Um dos diretores do Grupo Bertin afirmou que esse é apenas o início de um longo e duradouro diálogo que o grupo pretende estabelecer com a comunidade local. Adicionou também, que a decisão da empresa de buscar o financiamento junto ao IFC denota que se está em busca não somente do recurso financeiro, mas da chancela de um banco que financia aqueles que demonstram compromissos sociais e ambientais na execução dos seus negócios.

▪ Dinâmicas de Grupo

Após a apresentação das sugestões advindas das abordagens de campo, os participantes expuseram novos pontos de vista e esclareçam dúvidas durante um debate orientado, que foi conduzido pela moderadora do Seminário. A seguir, os presentes foram divididos em três grupos de discussão e agregaram novas contribuições e subsídios àquelas inicialmente explicitadas. Esses novos elementos passaram a compor um documento que foi utilizado como subsídio na elaboração dos programas do ESAP. Essas sugestões adicionais foram sistematizadas e agrupadas (Anexo 6.16), em grandes temas, conforme indicado a seguir:

1. Apoio a Políticas Socioambientais

- Programa Industrializa Pará (SEPROD)
- Projeto REVIVER (SEMA – Marabá)
- Programa Pará Rural
- Programa de Segurança e Saúde do Trabalhador
- Zoneamento Ecológico-Econômico
- Plano Diretor Municipal
- Regularização Fundiária/Ambiental
- Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá
- Considerar na certificação da propriedade a responsabilidade ambiental dos produtores

2. Formação de Parcerias para inserção Socioambiental

- Cooperativas Técnicas e Cooperativas de Produção da Agricultura Familiar (desenvolvimento de ração para peixes; consumo dentro do frigorífico)
- Câmara Setorial da Pecuária (fortalecimento da cadeia e projetos de incentivos fiscais e creditícios)
- EFA – Escola Família Agrícola
- Universidade Federal do Pará – capacitação e formação em pecuária sustentável
- Parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Associações, para viabilizar um meio para o escoamento da produção

- Comercialização dos peixes produzidos (sistema integrado semelhante da empresa Sadia no caso do frango)

3. Capacitação Focada na Sustentabilidade

- Capacitação técnica permanente dos funcionários
- Educação Ambiental (funcionários e fornecedores)
- Capacitação conveniada ao SENAR e EMATER
- Capacitação técnica em reforma de pastagens

4. Comunicação Social

- Programa de comunicação social com participação da comunidade local
- Divulgação da legislação ambiental
- Criação de um veículo que venha a interagir com a comunidade – por exemplo, jornal ou série de palestras (a exemplo da Vale do Rio Doce)

5. Boas Práticas Agrícolas

- Adoção do protocolo de Boas Práticas Agrícolas e Rastreabilidade
- Cursos técnicos para funcionários das propriedades fornecedoras
- Manutenção da Reserva Legal e Área de Preservação Permanente
- Orientação técnica para os produtores alcançarem melhores rebanhos
- Cursos e seminários para a população sobre questões técnicas da produção
- Expandir o treinamento para além dos fornecedores → educação para que se tornem fornecedores
- Apoio para projetos de socialização de estudos dos alunos

6. Controle Ambiental

- Monitoramento da qualidade da água
- Controle da poluição atmosférica (cheiro)
- Incentivo à preservação de APPs
- Busca incessante da qualidade sócio-ambiental plena
- Coleta seletiva de lixo no frigorífico
- Parceria com a Prefeitura de Marabá para reciclagem de lixo
- Sistema agrossilvipastoril → divulgar e conscientizar
- Incentivo à utilização de produtos naturais no controle de pragas e doenças

7. Ações de Promoção da Cidadania e Responsabilidade Social

- Relatório Socioambiental



- Suspensão de compras de fornecedores da Lista Suja (trabalho forçado)
- Conscientização dos fornecedores e da sociedade sobre o reflorestamento → cursos e palestras sobre o assunto
- Cartilhas sobre educação ambiental e outras áreas relacionadas em escolas dos municípios
- Valorização de mão-de-obra local (já está sendo atendida com 37 postos ocupados em cargos de supervisão e gerência)

8. Monitoramento Participativo do Projeto

- Acompanhamento e avaliação permanente de indicadores (sustentabilidade, econômico, ambiental e social)
- Incluir os movimentos sociais no monitoramento
- Maior publicidade das atividades

9. Outras áreas não identificadas

- O Grupo Bertin deve ser obrigatoriamente o catalisador de todas as ações (não públicas) que levem à melhoria da qualidade socioeconômica e ambiental do projeto
- Cartilhas distribuídas em escolas de educação ambiental e dos projetos atuais na comunidade
- Saúde do trabalhador
- Fortalecer contato entre Projeto de Assentamento - PA e o Grupo Bertin através da comercialização
- Apoio para eventos na área de Agronomia da UFPA, como por exemplo, apoio ao Encontro Regional de Agronomia
- Fórum periódico na série de debates e sugestões

No encerramento do seminário, os envolvidos na organização agradeceram à participação de todos, ficando a expectativa da disseminação do estudo e da continuidade do processo de interlocução do Grupo com as lideranças e a comunidade local. Nesse último aspecto, não somente o Grupo Bertin, mas também o IFC, assumiram o compromisso, de após a decisão final sobre o financiamento, de apresentarem os resultados do estudo e tornarem público os programas e ações assumidos pelo Grupo Bertin, para acompanhamento e monitoramento dos entes locais.

- Avaliação do Seminário Conclusivo
 - Quanto à presença

Conforme lista de presença (Anexo 6.17), houve a participação de 56 pessoas nesta terceira etapa da Série de Consultas Públicas. É interessante esclarecer que o processo de divulgação desta fase foi bem mais amplo que o da primeira etapa. Foi uma participação de qualidade, com as lideranças chaves do movimento social da região de Marabá.

Os registros de presença do evento mostram as entidades que foram convidadas pela equipe, por meio de visitas presenciais, telefonemas e e-mails, e estiveram presentes à reunião:

Status	Entidade
Coordenação	Grupo Bertin
	IFC
	Biorastro
	Arcadis Tetraplan
Entes Governamentais	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
	Universidade Federal do Pará - UFPA
	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ
Entes não governamentais	Conselho Municipal de Meio Ambiente - Marabá
	Conselho Municipal de Saúde - Marabá
	Federação da Agricultura do Estado do Pará- FAEPA
	CREA – PA
	Comitê Municipal de Sanidade Animal - COMUSA
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá
	Produtores Rurais da Região
	TORTUGA
	COPSERVIÇOS – Cooperativa de Prestação de Serviços
	TV Record
	TV Bandeirantes
	Trainer Recursos Humanos
	Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT

Cabe destacar a presença de dois meios de comunicação de Marabá, a TV Bandeirantes (canal 10) e a TV Record (canal 50), para os quais a Coordenação (Grupo Bertin, IFC, Arcadis Tetraplan) concedeu entrevistas sobre o projeto.

- Resultados dos Instrumentais de Avaliação dos Eventos Utilizados
 - Formulário “Que bom, que Pena, Que Tal”

Como instrumento de apoio, foi distribuído aos participantes o instrumento de avaliação “Formulário Que bom Que Pena Que Tal”, assim como fora distribuído no Seminário de Abertura. Teve com objetivo obter as principais impressões dos participantes sobre o Seminário Conclusivo da Série de Consultas Públicas e ainda, possibilitar a incorporação de sugestões dos participantes.

Tabela 6.5 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Bom”

Que Bom
Categorias dos comentários
Iniciativa do investimento/evento serve de exemplo para outras empresas
Preocupação do Bertin em ouvir a comunidade local
Iniciativa da discussão ambiental

Tabela 6.6 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Pena”

Que Pena
Categorias dos comentários
Falta de interação entre o Bertin-governo-sociedade
Falta da discussão sobre saúde, segurança e proteção do trabalhador
Forma de inserção do Grupo Bertin em Marabá (consome lenha oriunda de desmatamento irregular, falha no sistema de tratamento de dejetos, paga os funcionários muito abaixo do mercado)

Tabela 6.7 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Tal”

Que Tal
Categorias dos comentários
Ampliar divulgação e/ou participação de alguns segmentos (grande produtor, comunidade científica/acadêmica, estudantes)
Aprofundar as discussões com relação às questões socioambientais

- Telegrama ao Grupo BERTIN

Outro instrumento utilizado foi uma ficha em forma de telegrama, sugerindo ao participante que enviasse um recado ou pergunta diretamente ao Grupo Bertin. A relatoria na íntegra desse instrumental de avaliação encontra-se a seguir:

TELEGRAMA AO GRUPO BERTIN

Sugiro que a empresa tenha uma política de tratamento de seus funcionários mais adequada, pois acredito que seus funcionários fazem parte desta sociedade. A empresa tem os piores salários da região. A empresa participa muito pouco da inserção social.

Aos senhores que comandam as ações do grupo, que doravante realiza essas consultas públicas, parableno-los por estas ações aqui instauradas, pois é de suma importância para o melhor funcionamento das ações, essas discussões entre a sociedade civil e as empresas privadas, visando sempre o desenvolvimento sustentável de nosso município, bem como o aumento dos lucros do Grupo Bertin

Parabéns por favorecer esse tipo de evento. Facilitam a instalação de outros setores da produção de boi (couro, adubos, ração e farinha de sangue, artesanato do chifre)

Ao Grupo Bertin minha sugestão é um envolvimento maior (pesquisas) de alunos, seja da UFPA (Agronomia), seja da UEPA (Tec. Alimentos), seja da UFRA (Zootecnia - Parauapebas). E também com estágios remunerados, interessante estes aspectos na formação acadêmica e na qualificação profissional desses estudantes, assim como abrir as portas para esses quando formados.

- Considerações Finais

A estrutura deste Seminário contou com uma manhã inteira de trabalho, foi produtiva e bem direcionada, praticamente todos participaram e permaneceram motivados até o final das discussões (Anexo 6.18 - relatoria completa).

Em relação às propostas advindas do primeiro seminário, todas foram incorporadas, principalmente no que se refere a uma nova estratégia de comunicação referente ao projeto, com uma maior divulgação do evento.

Durante as diversas fases da Série de Consultas Públicas, foi desenvolvida uma política de divulgação das informações e resultados, já que as propostas de políticas e ações inicialmente apresentadas pelo projeto, foram sendo modificadas e reformuladas com base nas informações das consultas públicas e a consolidação das mesmas em sínteses.



6.1.4.4. Etapa 4 - Seminário de Apresentação dos Resultados do Estudo

Local: Hotel Vale do Tocantins – Folha 29, Quadra Especial, Lote 01 – Nova Marabá – Marabá / PA

Data: 19/10/2006 – 13h30 às 17h

Formato: exposições seguidas de debates orientados

Participantes – 43 participantes representantes de diversos segmentos da comunidade local

Objetivos

Os principais objetivos da quarta etapa foram:

- i) Apresentar os Programas Socioambientais e o conjunto de ações propostas pelo Grupo Bertin rumo à pecuária sustentável.
- ii) Dar continuidade ao processo participativo.
- iii) Ouvir a opinião da comunidade e da sociedade civil considerando-se os diversos pontos de vista e interesses acerca do projeto, proporcionando um espaço participativo e uma comunicação interativa.

Procedimentos adotados

A) Apresentação da agenda do dia (Anexo 6.19 – folder)

Dentro da metodologia escolhida, o seminário foi aberto com o mediador apresentando a “agenda do dia”, seguido das colocações dos representantes das empresas envolvidas, que explanaram sobre seus objetivos e as respectivas formas de inserção no desenvolvimento do projeto.

- Abertura dos trabalhos
 - Grupo Bertin - Daniel Furquim – Expôs as características do Grupo Bertin, forneceu dados relativos às unidades de outras localidades e explicou os estudos e planos que vêm sendo feitos para expansão do Frigorífico em Marabá; Valentina Lorenzo – Expôs sobre as inovações do Grupo Bertin na área ambiental;
 - IFC – International Finance Corporation – Maurício Athie – Explicou o papel do IFC na expansão das dinâmicas produtivas sustentáveis nas dimensões econômica, ambiental e social e corroborou o objetivo do evento de receber contribuições das partes interessadas, fundamentais para o aprimoramento dos programas socioambientais do estudo, e elemento auxiliar do IFC no processo decisório do financiamento deste projeto;
 - BioRastro – Regner de Oliveira – Apresentou a Biorastro;
 - ARCADIS Tetraplan – Marcelo Hercowitz – Apresentou brevemente a ARCADIS Tetraplan.

B) Apresentação do Projeto (Anexo 6.20 – apresentações)

ARCADIS Tetraplan – Marcelo Hercowitz, Cintia Philippi Salles e Miriam Ribeiro Biancardi

- Impactos Socioambientais do Frigorífico Bertin e do seu projeto de expansão, bem como da cadeia pecuária associada; Sistema de Boas Práticas Agrícolas (GAP); Rastreabilidade de Animais (SISBOV); Participação Social – Série de Consultas Públicas
- Apresentação do Plano de Ação Socioambiental e dos Programas Integrados de Gestão Socioambiental:
 - Programa de Reformulação dos Procedimentos de Compra
 - Programa de Responsabilidade Socioambiental
 - Programa de Comunicação Socioambiental
 - Programa de Educação Ambiental
 - Programa de Monitoramento Limnológico e da Qualidade da Água
 - Programa de Auditoria Ambiental

D) Abertura para os Debates

Durante as apresentações, sempre foi aberto um espaço para perguntas e questionamentos, proporcionando um ambiente participativo, sendo que as colocações mais expressivas dos participantes estão descritas a seguir:

- O presidente do Conselho de Meio Ambiente de Marabá ressaltou a mudança de atitude do Grupo Bertin, proporcionando oportunidades de processos participativos junto com a comunidade e falou que vai ser uma vitória muito grande para o meio ambiente e a comunidade a implantação dos programas socioambientais.
- O representante do Sindicato dos Trabalhadores demonstrou “preocupação com relação a como os produtores irão arcar com os custos para cumprir com as regras dos procedimentos de compra”.
- O representante da Secretaria Municipal de Educação comentou que “a visão que a empresa coloca para a nossa região é importante, colocando-se à disposição para o diálogo e abrindo a possibilidade de estabelecimento de ações e parcerias com a comunidade local”.
- A Prefeitura Municipal de Marabá, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o representante do Encontro Regional de Agronomia – ERA, a Fundação Zoobotânica de Marabá, a Fundação Casa da Cultura de Marabá, entre outros, mostraram-se interessados e dispostos a estabelecer parcerias com o Grupo Bertin, no sentido do fortalecimento do Programa de Educação Ambiental.
- Um dos diretores do Grupo Bertin afirmou que pretende desenvolver os programas com o apoio da comunidade local. Adicionou também, que a decisão da empresa de buscar o financiamento junto ao IFC denota que se está em busca não somente do recurso financeiro, mas da chancela de um banco que financia aqueles que demonstram compromissos sociais e ambientais na execução dos seus negócios.



E) Apresentação dos Próximos Passos

IFC – International Finance Corporation – Maurício Athie

Próximos Passos Imediatos

Consideração dos subsídios dos participantes do Seminário

Disponibilização pública de documentos relativos ao Projeto (AISA, programas de gerenciamento ambiental e social) por 60 dias:

- no Centro de Informação Pública do Banco Mundial – www.ifc.org/projects
- no site do Grupo Bertin – www.grupobertin.com.br
- em local acessível às comunidades locais

Apresentação do projeto para a avaliação do Conselho Diretor da IFC

Próximos Passos Posteriores

Aprovação do projeto por parte do Conselho Diretor do IFC

Assinatura do Acordo de Financiamento com o Bertin

Implementação do Projeto

Supervisão do IFC durante a vida do Projeto, por meio da revisão dos relatórios anuais do Bertin e visitas regulares às instalações da companhia.

F) Encerramento das atividades

Após a apresentação do Plano de Ação Socioambiental, incluindo todos os programas socioambientais, os participantes esclareçam e dirimiram suas dúvidas e apresentaram sugestões para o projeto, que foi conduzido pela moderadora do Seminário. Esses novos elementos e sugestões irão subsidiar a revisão dos programas socioambientais.

No encerramento do seminário, os envolvidos na organização agradeceram à participação de todos. O Grupo Bertin e o IFC assumiram o compromisso de disponibilizar uma cópia completa do “Estudo de Avaliação Socioambiental do Grupo Bertin de Marabá e da cadeia produtiva associada” para a biblioteca da Universidade Federal do Pará – UFPA e para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá.

G) Avaliação do Seminário Conclusivo

- Quanto à presença

Conforme lista de presença (Anexo 6.21), houve a participação de 44 pessoas nesta quarta etapa da Série de Consultas Públicas.

Os registros de presença do evento mostram as entidades que foram convidadas pela equipe, por meio de visitas presenciais, telefonemas e e-mails, e estiveram presentes à reunião:



Status	Entidade
Coordenação	Grupo Bertin
	International Finance Corporation - IFC
	Biorastro
	Arcadis Tetraplan
Entes Governamentais	Banco da Amazônia
	Universidade Federal do Pará - UFPA
	Prefeitura de Marabá – Assessor do Prefeito
	Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED
	Secretaria de Meio Ambiente de Marabá - SEMMA
	Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA
	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará - ADEPARÁ
	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Marabá - COMAM
Entes não governamentais	Fundação Casa da Cultura de Marabá - FCCM
	Sociedade dos Orquidófilos de Marabá - SOM
	Grupo Espeleológico de Marabá - GEM
	Núcleo Arqueológico e Etiológico de Marabá - NAM
	Núcleo de Educação Patrimonial Ambiental de Marabá - NEPAM
	CREA – PA
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá - STTR
	Sindicato dos Produtores Rurais - PRORURAL
	Delegacia da Federação dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins do Estado do Pará - FETIAPA
	Produtores Rurais da Região
	Empresa de Extensão Rural - EMATER
	COPSERVIÇOS

Cabe destacar que ocorreu a divulgação do evento nos Jornais *Opinião* e no *Correio Tocantins*, e na Radio FM 91 (AM e FM).

- Resultados dos Instrumentais de Avaliação dos Eventos Utilizados
 - Formulário “Que bom, que Pena, Que Tal”

Como instrumento de apoio, foi distribuído aos participantes o instrumento de avaliação “Formulário Que bom Que Pena Que Tal”, assim como fora distribuído nos outros Seminários. O objetivo desta avaliação é obter as principais impressões dos participantes sobre os Programas Socioambientais apresentados no *Seminário de Apresentação dos Resultados do Estudo* da Série de Consultas Públicas e, ainda, possibilitar a incorporação de sugestões dos participantes.



Tabela 6.8 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Bom”

Que Bom
Categorias dos comentários
Importância do Projeto/Iniciativa da empresa em discutir a questão ambiental
Preocupação do Bertin em ouvir a comunidade local/Produtividade das consultas públicas/Espaço para um Processo Participativo/Evento serve de exemplo para outras empresas/ Condução do evento
O Grupo Bertin ser um modelo de gestão socioambiental para região/ Abertura para parcerias

Tabela 6.9 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Pena”

Que Pena
Categorias dos comentários
Faltaram muitos convidados. Algumas entidades não participaram/ Pequena divulgação do evento.
Os projetos de segurança não foram citados. Não foi abordada a questão da qualidade de vida dos moradores de Marabá.

Tabela 6.10 - Respostas apresentadas no Seminário de Apresentação de Resultados – “Que Tal”

Que Tal
Categorias dos comentários
Ampliar divulgação do evento / Disponibilizar e divulgar o estudo e informações sobre o Grupo Bertin/ Divulgar para outras regiões
Colocar em prática o máximo do que foi planejado/ Cumprir todos os Programas
Organizar um próximo evento

- Considerações Finais

A estrutura deste Seminário contou com uma tarde inteira de trabalho, foi produtiva e aberta para contribuições, todos participaram e permaneceram atentos até o final das discussões. (Anexo 6.22 – fotos e Anexo 6.23 – relatoria completa)

6.2. AVALIAÇÃO DA MATRIZ INSTITUCIONAL ATUANTE – FORÇA DA GOVERNANÇA

6.2.1. CONTEXTO

As dimensões territoriais do Pará, associadas ao modo de ocupação do solo e aos modelos de desenvolvimento praticados nas últimas décadas, particularmente em sua porção sudeste, explicam em grande parte a complexidade das relações ali existentes que, muitas vezes, têm se refletido em conflitos e tensões sociais, e em outros momentos, em associações entre o público e o privado, o governamental e não governamental.

Desse modo, a avaliação do Sudeste do Pará sob o foco do que se convencionou conceituar como “forças de governança”, ou seja, entes institucionais que têm influência determinante, política e/ou social, num certo território, para dar institucionalidade ao tratamento de uma dada questão, no caso o processo de desmatamento e questões de natureza social, é uma tarefa de muita complexidade.

O termo “governança” foi introduzido no debate público internacional pelo Banco Mundial¹, que deu ao conceito um caráter prescritivo. Outras agências multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional, passaram a legitimar suas orientações por esse conceito estratégico que envolve a participação de variados atores sociais (ONGs, associações, mercado) que compartilham da capacidade governativa do Estado, na identificação dos problemas da sociedade e na formulação de políticas públicas e na sua implementação (DINIZ, 1997).

Desse modo, a força da governança no caso concreto é um tema de complexa avaliação, cuja chance de sucesso depende de um trabalho conjunto entre os níveis municipal, estadual e federal e uma colaboração eficiente entre organizações governamentais e instituições do setor privado e da sociedade civil (notadamente as organizações não governamentais), apontando e efetivando ações para induzir modelos de desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental, social, e institucional, particularmente vinculadas à pecuária.

Considerado o exposto, retoma-se um breve histórico evidenciando-se como a matriz institucional foi sendo formada, para em seguida tratar da identificação dos principais entes institucionais presentes na região e, por fim, realizar uma análise da força de governança dos mesmos e possibilidades de integração e cooperação com o projeto do Grupo Bertin.

6.2.2. BREVE HISTÓRICO DA FORMAÇÃO DA MATRIZ INSTITUCIONAL

Do ponto de vista histórico, a necessidade de estabelecer sinergia entre diferentes atores sociais presentes na região de estudo se revela, mesmo diante de um olhar superficial, ao se registrar fatos ocorridos a partir da década de 80, quando as questões econômicas e sociais resultantes das políticas de integração e desenvolvimento executadas na região vieram à tona.

¹ Para o Banco Mundial, a definição de *governance* consiste “na maneira pela qual o poder é exercido na gestão dos recursos econômicos e sociais de um país com vistas ao desenvolvimento” (WORLD BANK, 1992, p. 1-3).

Tais fatos acabaram motivando populações tradicionais extrativistas como seringueiros, ribeirinhos e indígenas, e ainda parte dos colonos assentados em áreas que antigamente eram de floresta, a se mobilizarem num trabalho conjunto para melhorar suas condições de vida sem agredir o meio ambiente.

Fenômeno semelhante também ocorreu nas cidades, nas quais a população, igualmente, vem se organizando em movimentos tendo em vista priorizar a sua qualidade de vida ambiental e social.

No início dos anos 90, a criação e o fortalecimento de órgãos estaduais e municipais de gestão ambiental, regionalizados e descentralizados a partir da sede em Belém, tendo em vista atividades relativas à conservação do meio ambiente, simultaneamente a um desenvolvimento econômico sustentável e justo, reforça a matriz institucional e vêm recebendo um grande apoio de várias instituições.

Destaque-se que o aprimoramento da legislação em matéria ambiental e a definição de princípios, como os que regem a Política Nacional de Meio Ambiente (lei 6.938/81) e pautam as políticas estaduais e municipais, bem como a previsão legal de mecanismos e instrumentos para efetivação de políticas na área ambiental, conduzem necessariamente à delimitação das competências dos órgãos públicos nas três esferas de governo para garantir a eficácia e a aplicabilidade da legislação.

Faz parte desse processo a criação e o fortalecimento de órgãos públicos diversos e conselhos em que é assegurada a participação ativa de organismos não governamentais com direito a voz e voto em conjunto com o Estado, de modo que os mecanismos de participação social também vêm se fortalecendo.

Há assim uma sinalização de um atrelamento crescente entre o ordenamento jurídico e a formação da matriz institucional.

Em conjunto a esse novo circunstanciamento institucional, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável também conferiram forças para a mobilização internacional, em pastas próprias no âmbito da ONU e de organizações não governamentais internacionais pautadas por temas ambientais associados à globalização.

Nesse quadro, cabe sempre destaque a crescente preocupação acerca do futuro sustentável da Amazônia que, gradativamente, ganha reforço no cenário político, econômico e social em âmbito nacional e internacional.

Ainda que não se disponha de dados estatísticos seguros que corroborem esse fenômeno de crescimento dos movimentos sociais na região, para fins ilustrativos pode-se estabelecer uma correspondência confiável com o que foi revelado pelo "Censo do 3º Setor da Região Metropolitana de Belém"².

Nesse referido documento, aponta-se que mais da metade das organizações cadastradas na pesquisa, cerca de 54%, foram fundadas a partir do início da década de 90, muito embora o histórico do setor registre a criação de organizações que datam do início da colonização do Pará.

Pode-se constatar também, que do universo das instituições pesquisadas, 77% foram constituídas a partir de 1980 (desde quando se organizou a articulação social e política para elaboração da PNMA, datada de 1981). Na tabela 6.8 a seguir registra-se esses números:

² Censo do 3o Setor da Região Metropolitana de Belém, 2005, realizado pelo Programa de Articulação pela Cidadania (PAC) do Governo do Estado do Pará junto com a Fundação Orsa e o Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Tabela 6.11 - Organizações não Governamentais segundo data de fundação na Região Metropolitana de Belém – 2005

Período/ Data da Fundação	Número de ONG Criadas	
	Absoluto	Relativo (%)
Data não informada	93	4,3
Ate 1970	257	11,8
De 1971 a 1980	158	7,2
De 1981 a 1990	507	23,3
De 1991 a 2000	734	33,7
De 2001 a 2004	431	19,8
Total	2.180	100,0

Fonte: Censo do Terceiro Setor – Região Metropolitana de Belém, Governo do Estado do Pará, Fundação ORSA e CETES - FGV São Paulo, 2005.

Esse histórico confirma-se quando são estabelecidas conexões do que vem ocorrendo na Região Metropolitana de Belém e o que se observou em trabalhos de campo, especificamente no sudeste do Pará. Ou seja, há uma clara sinalização do fortalecimento de entidades cujas áreas de atuação estão relacionadas às temáticas do projeto - pecuária e desenvolvimento econômico, combate ao desmatamento, medidas para recomposição de reservas legais e áreas de preservação permanente, posse produtiva da terra, questões ligadas ao trabalho, entre outros.

Nesse contexto estão inseridas algumas das organizações que desempenham significativo papel na região de estudo, como a FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura, MST - Movimento dos Sem Terra, CPT - Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Produtores Rurais, AMAZON, COPSERVIÇOS, Federação da Agricultura - FUNDEPEC (entidade privada composta por vários elos da cadeia: frigorífico, governo, leiloeiros, produtores, assistência técnica, sindicatos), entre outras.

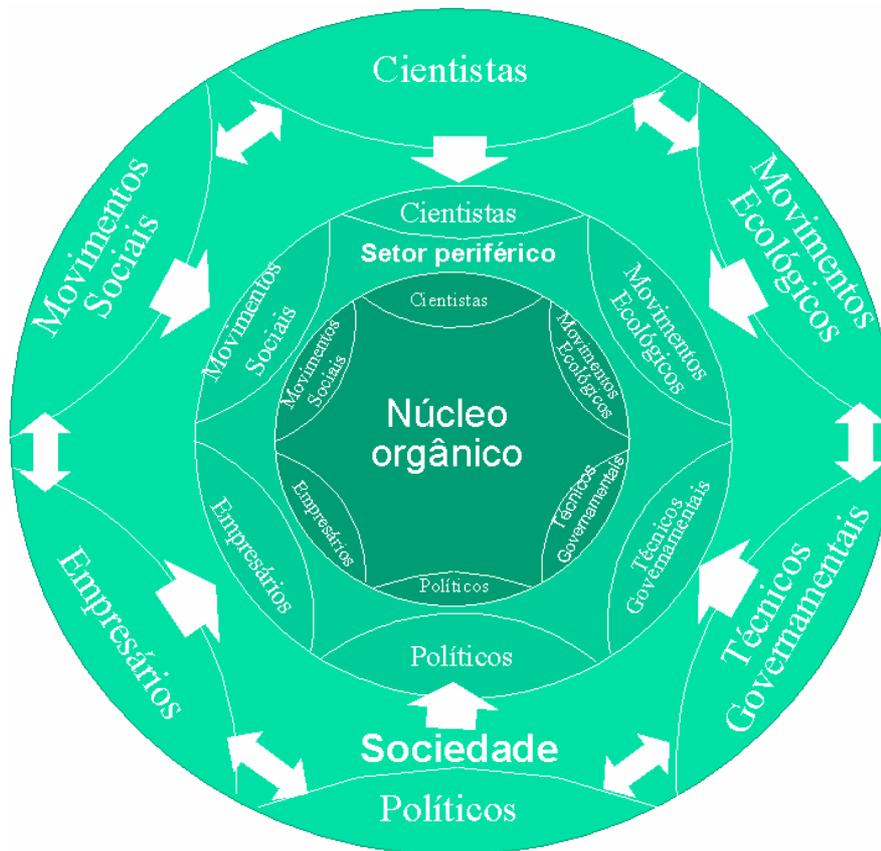
Destaque-se a iniciativa de instalação da “Câmara Consultiva Setorial da Pecuária”, composta por representantes dos setores público e privado, conforme figura 6.3 a seguir:

Figura 6.3 - Composição da Câmara Consultiva Setorial da Pecuária



Ainda, no sentido de compreender a complexidade e a dinâmica da matriz institucional atuante que vem se desenvolvendo na região, apresenta-se uma figura ilustrativa do processo de incorporação do tema ambientalismo pelos chamados setores estratégicos brasileiros, em alinhamento com o que se pode observar também no sudeste do Pará (figura 6.4). Esta ilustração foi elaborada em 1997, pelo Instituto de Estudos da Religião - ISER, Secretaria de Qualidade dos Assentamentos Humanos e Ministério do Meio Ambiente, e disseminado na publicação denominada: "O que o brasileiro pensa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável".

Figura 6.4 - Processo de incorporação do ambientalismo pelos setores estratégicos brasileiros



Por outro lado, no âmbito da atuação do Estado, os discursos oficiais a partir da década de 80 passaram a apresentar encaminhamentos para a ampliação e diversificação da base produtiva do Estado; o aproveitamento das potencialidades naturais; a valorização das atividades não – predatórias; a internalização e melhor distribuição da riqueza e a participação efetiva da sociedade como sujeito do processo de mudança.

Nos anos 90, o governo do Pará definiu como diretriz de atuação “Desenvolver sem Devastar”³ sinalizando a intenção de enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável nas suas diversas dimensões.

Nesse contexto, é que se insere a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, criada por meio da Lei No. 5.457/88 e encarregada, entre outras atribuições, da execução do Plano Estadual do Meio Ambiente, elaborado em 1996.

A ADEPARA – Agência de Desenvolvimento do Pará, autarquia criada em 2003, para dar suporte à Secretaria de Estado da Agricultura, é um exemplo interessante de interação entre os setores público e privado. Esta autarquia cresceu tanto em representação e representatividade que, atualmente, é maior que a Secretaria de Estado da Agricultura em dotação orçamentária, número de funcionários e representação nos municípios, possuindo 200 postos de atendimento em 110 municípios do Pará.

³ Este princípio assumiu expressão legal na Constituição Federal e na Lei Ambiental – Lei n.o 5.887/95.

Nesse contexto é que se insere a Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, criada pela lei estadual 5.457/88 e encarregada, entre outras atribuições, da execução do Plano Estadual do Meio Ambiente, elaborado em 1996.

A ADEPARA – Agencia de Desenvolvimento do Pará, autarquia criada em 2003 para dar suporte à Secretaria de Estado da Agricultura, é um exemplo interessante de interação entre os setores público e privado. Esta autarquia cresceu tanto em representação e representatividade que, atualmente, é maior que a Secretaria de Estado da Agricultura em dotação orçamentária, número de funcionários e representação nos municípios, possuindo 200 postos de atendimento em 110 municípios do Pará.

No caso da ADEPARA, a associação com o setor privado garante que as unidades sejam integralmente mantidas - equipamentos, carros, infra-estrutura em geral - pelos pecuaristas, por meio do pagamento de taxa gerada no pedido da Guia de Trânsito Animal – GTA e, por outro lado, que os salários dos prestadores de serviços desses postos de atendimento continuem sendo pagos pelo governo do Estado.

6.2.3. IDENTIFICAÇÃO E ATUAÇÃO DOS ENTES INSTITUCIONAIS DE INTERESSE

Quem são os atores sociais que influenciam e agem em atenção aos problemas econômicos sociais e ambientais no sudeste do Pará?

Em face ao contexto e histórico apresentados no presente estudo, procedeu-se a uma série de levantamentos de campo, com o objetivo de identificar quais entes que, direta e/ou indiretamente, possuem responsabilidades, interferência política, administrativa, econômica e social na região. Posteriormente, procurou-se selecionar aqueles entes institucionais governamentais e não governamentais, cuja atuação fosse importante para as questões privilegiadas no presente estudo, com especial atenção ao desmatamento e às questões sociais como o trabalho forçado, a regularização fundiária e os procedimentos ilegais de grilagem.

O sentido da análise é procurar algum meio de avaliar a “força institucional” desses entes rumo ao encaminhamento dessas questões.

Ainda que se ponderem o desafio e a complexidade para se exaurir uma investigação com tal amplitude, em função dos inúmeros atores sociais que influenciam e agem em atenção aos problemas sociais e ambientais da região ou o grau de subjetividade inerente a uma avaliação sobre a “força de atuação” de um ente institucional, foi possível avançar na identificação daqueles considerados com significativa presença local e regional.

Adicionalmente foi possível apreender seus modos de funcionamento, coletar impressões e opiniões sobre o projeto que o Grupo Bertin se propõe a executar, detectar expectativas, antever possíveis resistências e, principalmente, obter subsídios para que se possa viabilizar a formação de parcerias e alianças, otimizando, consensos e/ou alinhamentos, a serem resgatadas no capítulo que trata do Programas Socioambientais (ESAP).

As principais informações sobre esses entes encontram-se resumidas na tabela que segue:

Tabela 6.12 - Matriz Institucional Atual

Matriz Institucional Atual			
Entes Institucionais	Natureza	Instância de Atuação	Área de Atuação (*)
Nome Completo/ Sigla	Pública ou Privada	Federal, Estadual, Municipal, Regional ou Internacional.	Breve Descrição
MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PECUÁRIA E DESMATAMENTO			
Instituto do Homem e Meio Ambiente - IMAZON	Organização Não Governamental	Regional	Promover o Desenvolvimento sustentável na Amazônia, através de estudos, disseminação de informações e formação profissional.
Endereço: Rua Domingos Merreiros, 2020 - Altos - B. Umarizal - www.imazon.org.br			
Embrapa Amazônia Oriental	Pública	Federal	Viabilizar soluções para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro por meio de geração, adaptação e transferência de conhecimentos e tecnologias em benefício da sociedade.
Endereço: Travessa Enéas Pinheiro, s/n - Belém/PA - www.cpatu.embrapa.br			
Universidade Federal do Pará - UFPA	Pública	Federal	Gerar, difundir e aplicar o conhecimento, visando a melhoria da qualidade de vida do ser humano em geral, e em particular do amazônico, mediante processos integrados de ensino, pesquisa e extensão, com princípios de responsabilidade, de respeito à ética, a diversidade biológica, étnica e cultural.
Endereço: Folha 17 Quadra especial Lote especial Campus II UFPA Nova Marabá - Marabá/PA.			
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM	Organização Não Governamental	Regional	Gerar informações científicas e formar recursos humanos que sirvam de base para um futuro ambientalmente mais saudável e socialmente justo para a região amazônica.
Endereço: Tv. Enéas Pinheiro No 1424 CEP: 66.087-660 Belém/PA.			
Grupo de Trabalho Amazônico – GTA	Organização Não Governamental	Federal	Sua missão é representar as organizações filiadas e promover a participação e os interesses da sociedade civil, prioritariamente das comunidades de base, no processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal.
Endereço: SCLN 202 – Bl. B – Sala 105 CEP: 70.832-525 Brasília/DF.			



MODELOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PECUÁRIA E DESMATAMENTO			
Programa, Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA	Organização Não Governamental	Estadual	Programa especial da Universidade Federal do Pará (UFPA), que trabalha no apoio a comunidades urbanas e rurais da Amazônia, através da utilização sustentável dos recursos da região.
Endereço: Campos Universitário – Setor Profissional, Guamá CEP: 66.075-900 Belém/PA.			
Fórum da Amazônia Oriental – FAOR	Privada/ Organização Não Governamental	Regional	Realiza estudos, debates e fomenta políticas públicas de desenvolvimento sustentável envolvendo sindicatos, ONGs e associações de bairros.
Endereço: Av. Senador Lemos No 557, Umarizal CEP: 66.050-000 Belém/PA.			
Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular - CEPASP	Organização Não Governamental	Regional	Atuar junto aos movimentos populares e sindicais, comunidades de pequenos produtores das regiões sul e sudeste do Pará no desenvolvimento de experiências de aplicação de tecnologias alternativas, na busca de uma agricultura que possibilite geração de renda e educação ambiental.
Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG	Pública	Estadual	Produção e difusão de conhecimentos e acervos científicos sobre os sistemas naturais e sócio-econômicos relacionados à Amazônia.
Endereço: Av. Magalhães Barata, No 376 Nazaré CEP: 66.040-710 Belém/PA.			
Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins - LASAT	Pública	Regional	É uma equipe de Pesquisa-Desenvolvimento que, desde 1989, apoia o fortalecimento das organizações representantes da agricultura familiar no Sudeste do Pará. Este apoio é materializado por meio da formalização da dinâmica regional e a definição de um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento norteado pelas parceiras da equipe.
Endereço: Folha 17 Quadra especial Lote especial Campus II UFPA Nova Marabá - Marabá/PA.			
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA	Pública	Regional	Criado para ser um núcleo de integração da UFPA, inicialmente com curso de especialização interdisciplinar e internacional, o NAEA conta hoje com mestrado em Planejamento do Desenvolvimento e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, contribuindo grandemente para a formação de pesquisadores, docentes e técnicos em planejamento e políticas públicas.
Endereço: AV. Perimetral S/N Campus Profissional, Bairro Guamá CEP: 66075-650 Belém/PA.			


ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E /OU REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM	Pública	Estadual	Coordena, executa e controla as atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à proteção e conservação do meio ambiente. Esta instituição coordena o PGAI/PA.
Endereço: Travessa Lomas Valentinas, 2717 - Marco CEP 66095-770 - Belém/PA.			
Secretaria Especial de Estado de Produção - SEPROD	Pública	Estadual	Articulação, coordenação e integração na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas, objeto da ação governamental.
Endereço: Av. Nazaré, 871 3º andar CEP: 66035-170 - Belém/PA.			
Secretaria Especial de Estado de Proteção Social - SEEPS	Pública	Estadual	Abrange as políticas de Saúde, Trabalho e Assistência Social, do Sangue e a Proteção Especial do Estado.
Endereço: Av. Nazaré, 871 3º andar CEP: 66035-170 - Belém/PA.			
Agência de Defesa da Agropecuária do Pará - ADEPARA	Pública	Estadual	Controlar e fiscalizar as barreiras sanitárias intermunicipais e interestaduais que ainda carecem de autonomia administrativa
Endereço: Travessa Piedade, 651 - Ed. Pinares - Reduto CEP 66053-210 - Belém/PA - Contato em Marabá: Folha 30, Quadra Especial, Nova Marabá.			
Secretaria Especial de Estado de Proteção Social - SEEPS	Pública	Estadual	Abrange as políticas de Saúde, Trabalho e Assistência Social, do Sangue e a Proteção Especial do Estado.
Endereço: Av. Nazaré, 871 3º andar CEP: 66035-170 - Belém/PA.			
Agência de Defesa da Agropecuária do Pará - ADEPARA	Pública	Estadual	Controlar e fiscalizar as barreiras sanitárias intermunicipais e interestaduais que ainda carecem de autonomia administrativa
Endereço: Travessa Piedade, 651 - Ed. Pinares - Reduto CEP 66053-210 - Belém/PA Contato em Marabá: Folha 30, Quadra Especial, Nova Marabá.			
Instituto de Terras do Pará - ITERPA	Pública	Estadual	Tem por finalidade executar a política agrária do Estado do Pará, cabendo-lhe definir, retificar e demarcar limites estaduais e municipais; além de extermar o domínio público do particular e introduzir quaisquer modificações no sistema legal relativo aos problemas fundiários.
Endereço: Rua Farias de Brito, 56 - São Braz CEP: 6090-270 - Belém/PA.			
Banco da Amazônia - BASA	Pública	Regional	Promover o desenvolvimento integrado da Região, através de recursos de fomento, produtos e serviços, visando à satisfação da sociedade, clientes e acionistas.
Endereço: Av. Presidente Vargas, 800 - Centro CEP: 66017-000 - Belém/PA.			

ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E /OU REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	Pública	Federal	Responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.
Endereço: Rua Paraná, 459 - Canto com a Rua 2000 - Jd. Belo Horizonte CEP 68503-420 - Marabá/PA.			
Secretaria Executiva de Agricultura do Pará - SAGRI	Pública	Estadual	Coordena o Sistema Agropecuário no Estado, atua em consonância com as políticas e diretrizes estabelecidas pelos governos Federal e Estadual, estimulando a participação efetiva das lideranças políticas, econômicas, sociais e dos produtores rurais.
Endereço: Travessa do Chaco No 2.232, Marco CEP: 66.093-120 Belém/PA Contato Marabá: Folha 30, Quadra Especial, Lote Especial Marabá – Pará.			
Secretaria Especial de Proteção Social - SESPA	Pública	Estadual	Regulamenta, controla e fiscaliza os assuntos relativos à assistência à saúde.
Endereço: Av. Conselheiro Furtado, 1.597, Batista Campos CEP: 66.040-100 Belém/PA Contato Marabá: Rua Pedro Marinho, 1545 - Cidade Nova CEP 68501-710 – Marabá/PA.			
Secretaria de Fazenda - SEFA	Pública	Estadual	Avalia, controla e fiscaliza os assuntos relativos à política de administração fazendária e execução financeira do Estado.
Endereço: Av. Visconde de Sousa Franco No 110 CEP: 66.053-000 Belém/PA.			
Prefeitura Municipal de Marabá	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, conforme competências atribuídas por lei
Folha 31, s/n – Área Institucional – N. Marabá - Marabá/PA.			
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marabá- SEMMA	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Av. Transamazônica, 21 a 23 - andar superior CEP 68501-001 - Cid. Nova Marabá/PA.			
Secretaria Municipal de Planejamento de Marabá	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Folha 31 quadra e lote especiais Nova Marabá - Marabá/PA.			
Conselho Municipal de Meio Ambiente	Pública	Municipal	Órgão colegiado, com funções deliberativas e consultivas, voltado para as questões ambientais. O referido Conselho subsidia, com suas decisões, a execução das atividades-fins da SEMMA quanto ao meio ambiente.
Endereço: Av. Transamazônica, 21 a 23 - andar superior CEP 68501-001 - Cid. Nova Marabá/PA OBS: Funciona na SEMMA			



ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E /OU REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS			
Conselho Municipal de Saúde	Pública	Municipal	Órgão colegiado, com funções deliberativas e consultivas, voltado para as questões ambientais. O referido Conselho subsidia, com suas decisões, a execução das atividades-fins da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao meio ambiente.
Endereço: Rua Simplício Costa, 1441, Novo Horizonte. Marabá/PA.			
Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA	Pública	Estadual	Órgão colegiado, com funções deliberativas e consultivas, voltado para as questões ambientais. O referido Conselho subsidia, com suas decisões, a execução das atividades-fins da SECTAM quanto ao meio ambiente.
Prefeitura Municipal de Itupiranga	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Avenida 14 de Julho nº 12 – Centro Itupiranga/PA.			
Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Rodovia PA-275, km 02 Eldorado/PA.			
Prefeitura Municipal de Parauapebas	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
Rua D, Quadra Especial Parauapebas/PA.			
Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Rua Acrísio Santos, s/n São Domingos do Araguaia/PA.			
Prefeitura Municipal de Piçarra	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
Endereço: Avenida Araguaia, s/n Piçarra/PA.			



ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E /OU REGULAMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Prefeitura Municipal de Xinguara	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, conforme competências atribuídas por lei
----------------------------------	---------	-----------	---

Endereço: Praça Vitória Régia nº 01 Xinguara/PA.

Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
---	---------	-----------	---

Endereço: Rua Tancredo Neves, s/n Canaã/PA .

Prefeitura Municipal de Nova Ipixuna	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
--------------------------------------	---------	-----------	---

Endereço: Rodovia PA-150, km 34 Nova Ipixuna/PA.

Prefeitura Municipal de Curionópolis	Pública	Municipal	Elabora, implanta, fiscaliza e regulamenta as atividades que interfiram no meio ambiente no nível local, entre outros, conforme competências atribuídas por lei
--------------------------------------	---------	-----------	---

Endereço: Rod. 275, km 28- Praça dos Imigrantes, nº 15 Curionópolis/PA.

Companhia de Polícia de Meio Ambiente - CIPOMA	Pública	Estadual	A Polícia Militar, através do 2o CIPOMA, atua na defesa do meio ambiente na região metropolitana de Belém e, em casos excepcionais, em todo o território paraense. Executa o policiamento preventivo do meio ambiente e colabora com os demais órgãos competentes no referido assunto.
--	---------	----------	--

Endereço: Rua Utinga S/N, Marco CEP: 66.610-010 Belém/PA.



CONFLITOS AGRÁRIOS E/OU SOCIAIS, COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO, ENTRE OUTROS			
Comissão Pastoral da Terra - CPT	Privada	Federal	Desenvolve trabalho de base junto aos povos da terra e das águas através da convivência, promoção, apoio, acompanhamento e assessoria nos seus processos coletivos de conquista dos direitos e da terra, de produção sustentável; nos seus processos de formação integral e permanente e na divulgação de suas vitórias e no combate das injustiças.
Endereço: Travessa 13 de Maio, 208 - Velha Marabá - Marabá/PA.			
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	Pública	Federal	Órgão responsável pela execução da reforma agrária e pela promoção, coordenação e controle da questão fundiária no País.
Endereço: Rodovia Murucutum S/ N Souza CEP: 66.610-120 Belém/PA.			
Ministério Público Estadual – MPE	Pública	Estadual	Na área penal, sua atuação é central. Na área dos interesses coletivos atua na defesa do meio ambiente, dos consumidores, das pessoas portadoras de deficiência física, das crianças e adolescentes, dos direitos constitucionais dos cidadãos e do controle da Administração Pública.
Endereço: Rua João Diogo No 100, Cidade Velha CEP: 66.015-170 Belém/PA.			
Polícia Civil – PC	Pública	Estadual	Suas atribuições dizem respeito ao exercício exclusivo da polícia judiciária do Estado. Apura os fatos delituosos e cuida da perseguição de seus agentes. Conta com a Delegacia do Meio Ambiente em Belém, vinculada à Divisão de Investigações e Operações Especiais – DIOE.
Endereço: Av. Nazaré No 489, Nazaré CEP: 66.035-170 Belém/PA.			
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST	Organização Não Governamental	Federal	Organizar os pobres do campo, conscientizando-os de seus direitos e mobilizando-os para que lutem por mudanças. Lutar pela Reforma Agrária, e também pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana.
Endereço: Av Itacaiúnas, 2063 Novo Horizonte - Marabá/PA.			
Delegacia Regional do Trabalho - DRT	Pública	Regional	Proporcionar ao trabalhador o pleno Exercício da Cidadania, assegurando-lhe os direitos sociais, através do cumprimento da legislação trabalhista; equilibrando as relações do trabalho, contribuindo para a geração e manutenção de emprego e renda.
Endereço: Rua Gaspar Viana, 284 - Bairro do Comércio Belém/PA.			



DEFESA DOS DIREITOS DOS PRODUTORES RURAIS			
Sindicato dos Produtores Rurais de Marabá - ProRural	Entidade de classe	Regional	Defender os interesses dos grandes e médios produtores rurais da região
Endereço: Rodovia PA 150 - km 10 Cx Postal 213			
Federação da Agricultura do Estado do Pará - FAEPA	Entidade de classe	Estadual	-
Endereço: Travessa Dr. Moraes, 21 - B. Nazaré CEP 66035-080 - Belém/PA.			
DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS E/OU POPULAÇÕES TRADICIONAIS			
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá - STR	Entidade de classe	Regional	Defende os direitos dos trabalhadores rurais no município e região
Endereço: Rua Sete de Junho - Velha Marabá - Marabá/PA.			
Conselho Indigenista Missionário - CIMI	Organização Não Governamental	Federal	É um órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e trabalha em prol dos povos indígenas.
Endereço: Tv. Nina Ribeiro No 254, Canudos CEP: 66.070-020 Belém/PA.			
Conselho Indigenista Missionário - CIMI	Organização Não Governamental	Federal	É um órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e trabalha em prol dos povos indígenas.
Endereço: Tv. Nina Ribeiro No 254, Canudos CEP: 66.070-020 Belém/PA.			
Federação de Órgãos Para Assistência Social e Educacional - FASE	Entidade de classe	Federal	Presta assessoria a movimentos sociais, sindicatos e organizações de trabalhadores urbanos e rurais.
Endereço: Rua Bernal do Couto No 1329, Umarizal CEP: 66.055.080 Belém/PA.			
Cooperativa de Prestação de Serviços - Copserviços	Cooperativa	Regional	Cooperativa de técnicos e de trabalhadores rurais, fundada por várias organizações não-governamentais ligadas à agricultura familiar que vêm desenvolvendo trabalhos na região.
Endereço: Rua São Francisco, 2325 - Cidade Nova - Marabá/PA - 68509.160			
Fundação Agrária Tocantins Araguaia - FATA	Organização Não Governamental	Regional	Instituição vinculada organicamente à Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), é resultado de uma parceria entre os/as agricultores/as dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR's de Marabá, São João do Araguaia, Jacundá e Itupiranda) e pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA). Esta união permitiu a realização de pesquisas, assessorias e realização de eventos na busca do desenvolvimento da agricultura familiar da região.
Endereço: Rodovia Transamazônica Km 09 Marabá – PA – CEP: 68.501-970 – Caixa Postal: 231			



DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS E/OU POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Agência Regional de Comercialização do Sul e Sudeste do Pará - ARCASU	Organização Não Governamental	Regional	Responsável pela organização das cooperativas da agricultura familiar na região.
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará – FETAGRI	Organização Não Governamental	Estadual	Defende os direitos dos trabalhadores rurais no território paraense

Endereço: Tv. Pedro I No 1.012, Umarizal CEP: 66.050-100 Tel.: (91) 3241-2419 E-mail: fetagri@amazon.com.br

Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Pública	Federal	Estabelece e executa a Política Indigenista de forma a promover a prestação de assistência médico – sanitária e educação básica aos índios; demarcar, assegurar e proteger as terras por eles tradicionalmente ocupadas; estimular o desenvolvimento de estudos e levantamentos sobre os grupos indígenas. Atua, ainda, na defesa dos interesses indígenas, de sua cultura, de suas terras, de suas riquezas naturais e o equilíbrio tribal ante a sociedade nacional.
------------------------------------	---------	---------	--

Endereço: Folha 31, Quadra 1 - Lote 1 e 2 - Nova Marabá CEP: 68507-530 Marabá/PA.

() Para fins analíticos de interesse do projeto os entes institucionais desta Matriz foram classificados segundo sua principal área de atuação*



6.2.4. PRIORIZAÇÃO DOS ENTES INSTITUCIONAIS POTENCIAIS PARCEIROS DO GRUPO BERTIN

Quais atores sociais foram considerados imprescindíveis para o sucesso da inserção sustentável do Frigorífico e Cadeia Pecuária?

Conforme já assinalado, foi necessário estabelecer hierarquias entre os entes institucionais relacionados anteriormente, priorizando-se aqueles entendidos como imprescindíveis para encaminhar eventuais possibilidades de ações conjuntas, no contexto de um modelo de gestão sócio ambiental.

Complementarmente, realizaram-se ao longo do trabalho, interfaces qualitativas junto aos entes selecionados, sempre com o intuito de identificar possíveis alianças/parcerias, entendendo-se o papel do Grupo Bertin, como ente privado, porém com responsabilidades e funções sociais e econômicas.

As abordagens foram efetuadas por meio de visitas e entrevistas em profundidade, buscando-se qualificar a ação desses diversos entes institucionais, apreender a força de atuação dos mesmos, especialmente quanto a aspectos relacionados a:

- i) elaboração e implementação de políticas públicas;
- ii) controle e fiscalização do desmatamento;
- iii) controle de conflitos agrários e/ou regularização fundiária;
- iv) defesa dos direitos humanos e combate ao trabalho escravo; e,
- v) defesa dos direitos dos trabalhadores e produtores rurais.

A tabela 6.10, a seguir apresentada, resume essa abordagem:



Tabela 6.13 - Entes institucionais priorizados

ENTES INSTITUCIONAIS PRIORIZADOS		
Área de Atuação - Elaboração e implementação de políticas públicas		
	Belém/PA	Marabá/PA
Público	SECTAM, SEPROD, DRT, ITERPA, ADEPARA, EMBRAPA, SEEPS, Banco da Amazônia.	INCRA, IBAMA, UFPA, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Proteção Social, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria do Planejamento, Ministério Público, FUNAI, ADEPARA.
Não Governamental	-	Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Saúde.
Área de Atuação - Fiscalização e controle do desmatamento		
Público	SECTAM	IBAMA
Não Governamental	IPAM, AMAZON	Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS
Área de Atuação - Conflitos agrários e/ou regularização fundiária		
Público	ITERPA	INCRA
Não Governamental	-	CPT
Área de Atuação - Defesa dos direitos humanos e combate ao trabalho escravo		
Público	Ministério do Trabalho - DRT	Ministério Público
Não Governamental	Repórter Brasil, Instituto ETHOS (localizados em São Paulo/SP)	CPT
Área de Atuação - Defesa dos direitos dos trabalhadores e/ou populações tradicionais		
Público	DRT	
Não Governamental		FETAGRI, COPSERVIÇOS, CNS
Área de Atuação - Defesa dos direitos dos produtores rurais		
Público	-	-
Não Governamental	FAEPA, Câmara Consultiva da Pecuária.	Sindicato dos Produtores Rurais



6.2.5. ANÁLISE DA GOVERNANÇA E POSSÍVEIS PARCEIROS

Qual a força da governança dos entes institucionais priorizados e possibilidades de ação conjunta?

Os resultados obtidos permitem ilustrar quais vêm sendo algumas das ações e intervenções dos entes institucionais mais valorizados na região, segundo suas respectivas áreas de atuação, na tentativa de se obter, qualitativamente, alguma forma de julgamento sobre a eficácia e efetividade das mesmas.

Cumprir registrar que as avaliações não se apoiaram em instrumentais diretos e nem se dispôs de tempo hábil para uma análise rigorosa de desempenho e eficácia desses entes. Nesse sentido, os esforços focaram a percepção *in loco*, as opiniões das lideranças e da comunidade local, os registros da imprensa regional, via de regra formadores de opinião, além das intenções de alguns entes que acabaram se concretizando em projetos, leis e/ou solução do problema.

De maneira que, muito distante de se pretender apresentar certezas e respostas definitivas sobre um “*Quem é Quem no Sudeste do Pará*”, conclui-se sobre possíveis caminhos e parcerias com as quais o Grupo Bertin poderá contribuir, fortalecendo a governança local e regional na direção do desenvolvimento sustentável.

Elaboração e Implementação de Políticas Públicas: O Governo e o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE

O governo do Estado do Pará, especialmente representado na Secretaria Especial de Estado de Produção – SEPROD e na Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM, vem atuando fortemente, do ponto de vista de sua política econômica, no sentido de estimular a formação de cadeias produtivas através da verticalização de complexos minerários, da agropecuária e florestal, além de desenvolver e difundir tecnologias alternativas para a exploração sustentável dos recursos naturais no Estado.

A despeito das várias críticas da sociedade civil organizada sobre a eficácia da ação do Estado na gestão e proteção dos espaços territoriais especialmente protegidos na Amazônia, críticas essas, por alguns, descritas como “ideologizadas” e por outros como “fundamentadas”, o que se observou é que o governo do Estado do Pará tem efetiva presença institucional na região.

Nesse sentido, e sob os preceitos da lei estadual 5.887/95, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente, apontando como importante instrumento de gestão territorial o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE, o projeto de desenvolvimento do Estado, atualmente disseminado pelas várias instituições governamentais, citadas no quadro anterior, apresenta o pressuposto de que a sustentabilidade é o resultado da coincidência de objetivos sociais, ecológicos e econômicos.

Sabe-se que o ZEE, a ser empreendido pela SECTAM e SEPROD, já é utilizado a quase duas décadas na Amazônia Legal, tendo se tornado, posteriormente, um Programa do Plano Plurianual – PPA – para todo o país. Sem dúvida, há um grande mérito do Ministério do Meio Ambiente de transformar o ZEE em um instrumento efetivo de gestão do território, não obstante as contradições e incompreensões dentro do próprio Poder Público. Até então, o



ZEE era visto como um instrumento de ordenação do território, com uma perspectiva extremamente normativa, voltado para regulação, comando e controle. Sem deixar de lado essa função, a gestão territorial é muito mais ampla, pois envolve uma concepção renovada sobre os recursos naturais e as possibilidades de desenvolvimento de maneira pactuada entre os agentes envolvidos.

O zoneamento parece estar consolidado nas demandas de amplos segmentos sociais. Foi constatada sua importância nas abordagens junto aos Conselhos de Meio Ambiente e de Saúde de Marabá e, principalmente, na quase unanimidade dos gestores públicos das instituições pesquisadas. Entende-se assim que a consolidação do ZEE no Estado do Pará irá corroborar diretamente com os objetivos do Grupo Bertin e vice-versa, considerando-se que sua execução já evoluiu da etapa de macrozoneamento para a de microzoneamento.

Por outro lado, sem dúvida, há que se observar criticamente o enfrentamento a esse desafio, mas ainda que se cotejem as disputas políticas sobre o uso deste instrumento, frequentemente travestidas de um debate *metodológico* como sinônimo de procedimentos operacionais, não parece secundária a ocorrência de vários encontros, debates, a elaboração de legislação remetendo ao microzoneamento. Isso tudo convivendo com a arguição crítica de vários movimentos sociais contrários ao modelo de desenvolvimento adotado pelo governo. A sinalização é de que se trata de um momento muito especial da história do Pará, onde atenções e propostas parecem convergir para essa direção.

Um forte indicativo disto é que a lei que instituiu o macrozoneamento foi aprovada por unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no dia 19 de abril de 2005, e sancionada pelo governador Simão Jatene no dia 6 de maio de 2005, no município de Marabá.

Nos contatos realizados na SECTAM, SEPROD, ADEPARA foi relatado que a contar do 1º semestre deste ano e conclusão em 4 anos, será realizado o detalhamento do ZEE (zoneamento participativo), numa escala de 1:100.000 e 1:250.000. As áreas serão definidas conforme a sua aptidão e o cronograma para o detalhamento, priorizando-se as áreas de conflitos sociais e interesse econômico do Estado e, vale ressaltar, que em atenção aos seus problemas estruturais coincidindo com vantagens econômicas, o município de *Marabá será o primeiro a ser escolhido*.

Nesse contexto, muitas possibilidades de interação com o propósito de sustentabilidade foram sugeridas por entes institucionais públicos ao Grupo Bertin, desde a utilização de incentivos fiscais para verticalização produtiva da sua atividade, visando o compromisso de não comercializar em áreas que estão fora das áreas de consolidação e expansão de atividades produtivas descritas no ZEE.

Adicionalmente, poderiam ser adotadas ações conjugadas de coibição aos produtores rurais em situação ilegal, como a sugestão feita pelo Banco da Amazônia, de que o Grupo Bertin compre prioritariamente dos produtores financiados pelo banco.

Controle e Fiscalização do Desmatamento: Governo e ONGS

Nas interfaces realizadas com várias organizações em Belém e Marabá procurou-se compreender a dinâmica do desmatamento e as conexões comprovadamente estabelecidas com o avanço da pecuária no território paraense. Desse modo, o IPAM, IMAZON, o LASAT - UFPA forneceram resultados significativos. Essas organizações foram extremamente colaborativas e poderão fazer parte de eventuais parcerias com o Grupo Bertin, quando se trata de encontrar soluções técnicas de incremento à produção com vistas a sustentabilidade ou em ações de conscientização dos produtores rurais e comunidade local sobre questões ambientais e fundiárias.



Especificamente, representantes do IMAZON ressaltaram o problema da regularização fundiária e ambiental das propriedades no Pará, em função da dificuldade de se ajustarem aos requisitos legais referentes, entre outros aspectos, à averbação de reserva legal, manutenção ou recomposição de áreas de preservação permanente, demarcação dos limites da propriedade, recuperação de áreas ilegalmente devastadas. Há assim uma possibilidade de parceria com a instituição sempre se resguardando o papel de cada ente e suas relações com a esfera pública, já que essas questões dependem de condicionantes que extrapolam as funções de um empreendimento privado, ou seja, será necessário que o governo do Estado estabeleça negociações e obtenha compromissos para implementar gradativamente o ZEE e, ao mesmo tempo, assegurar a efetividade da fiscalização.

No que tange a fiscalização, o IBAMA é o órgão responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional de Meio Ambiente, tendo também atribuições de controle, fiscalização, preservação e uso racional dos recursos naturais renováveis. Durante várias entrevistas qualitativas que foram realizadas em Marabá e Belém, ao mesmo tempo, que foram ouvidas muitas críticas sobre a capacidade de fiscalização do IBAMA, com destaque à insuficiência de equipamentos e número de pessoal, foram presenciados testemunhos tanto na Embrapa, quanto no Sindicato dos Produtores Rurais, por exemplo, que valorizavam a percepção de que os produtores temem a fiscalização do IBAMA, pois as autuações de infração restringem o acesso a benefícios creditícios e financiamentos públicos (BASA, fundos públicos, etc), dos quais muitos dependem.

Deve-se registrar que não foi possível aprofundar os contatos com o IBAMA em Marabá, pois durante o último semestre a administração local passou por 3 mudanças no seu corpo gerencial. No entanto, aparentemente há um esforço dos técnicos no desempenho de suas funções, convivendo com as já observadas fragilidades estruturais. Por sua vez, esses técnicos responderam prontamente às abordagens realizadas e participaram dos eventos promovidos durante esta fase do projeto.

Infelizmente, os órgãos não dispõem de um cadastro (a exemplo da Lista Suja) que torne público o nome dos proprietários rurais que tenham cometido crimes ambientais ou estejam comprovadamente, em situação irregular quanto ao licenciamento ambiental, sendo que, um dos instrumentos que permitiria ao Grupo Bertin a observação da conduta ambiental de um fornecedor, seria o acesso ao site do IBAMA e a checagem se há alguma autuação do produtor rural por meio de consulta do respectivo CNPJ. Entretanto não foram obtidas maiores informações sobre esse serviço, assim como, uma avaliação positiva sobre o grau de confiabilidade e atualidade desse cadastro. Outras iniciativas poderiam ser tomadas junto ao Ministério Público, a fim de verificar a existência de inquérito civil ou criminal, bem como eventual ação judicial ou ainda os TACs existentes – em cumprimento ou negligenciados. Informações sobre boletins de ocorrência em delegacias ou certidões de distribuição de ação judicial junto ao Poder Judiciário também podem servir para este fim.

Como medidas de controle do desmatamento, a previsão legal de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) para recuperação de áreas degradadas revela-se o instrumento hábil para a negociação entre o proprietário dessas áreas e os órgãos públicos, notadamente Poder Executivo Estadual e Municipal, bem como Ministério Público e Poder Judiciário, admitida ainda a interveniência de terceiros interessados inclusive entidades representativas de interesses do meio ambiente, através do qual podem ser exigidas as medidas de recuperação, recomposição e regeneração de vegetação previstas na legislação referenciada no capítulo 2 deste estudo.



Defesa de Direitos Humanos e o Trabalho Escravo: Governo e Sociedade Civil

- **A ação do Estado:** Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo: empenho do governo e fragilidade das estruturas de fiscalização

O Pará é um dos principais alvos do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, conforme descrito no Capítulo 4, que analisa a liderança do Estado em número de ocorrência de trabalhadores em situação de escravidão, em vários setores da atividade econômica e, particularmente, na pecuária.

O governo federal, em função da gravidade da situação, prevê, nesse plano, ações particularmente endereçadas ao Pará, que tratam da intensificação da fiscalização, instalação de Defensorias Públicas, de Varas da Justiça do Trabalho, de Delegacias da Polícia Federal em municípios como São Felix do Xingu, Tucuruí e Redenção (específico para a erradicação da escravidão), entre outras medidas.

Assim, considerando-se que o trabalho escravo é vedado inclusive pela própria Constituição Federal, por questão principiológica, e pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, encaminham-se sob esse fundamento planos concretos de busca de solução desse grave problema social. Registre-se, nesse sentido, um aumento das operações de fiscalização nos últimos 5 anos. Por exemplo, o número de ações fiscais anuais no período de 2001/2002, girava em torno de 26 operações, já no ano de 2003 foram 60, em 2004, 70 e em 2005 ultrapassou 80.

Nesse contexto, foi entrevistado um dos gerentes da Delegacia Regional do Trabalho em Belém - DRT Belém, que confirma a fragilidade das estruturas públicas para cumprimento dessas propostas, afirmando: *“As denúncias chegam por meio dos trabalhadores que conseguem fugir das fazendas ou de informações vindas de organizações. A DRT procede ao registro da denúncia, seleciona o de maior relevância (grau de violência empregada, dificuldade de acesso e fuga dos trabalhadores) e, em conjunto com a Câmara de Combate ao Trabalho Escravo realiza a fiscalização. No último mês de março (2006) a DRT recebeu 15 denúncias de possível ocorrência de trabalho escravo, mas só temos estrutura para investigar uma delas”*.

Um dos diretores da CPT em Marabá considera pouco eficaz o conjunto de iniciativas oficiais adotadas e que somente algumas das ações previstas no Plano foram adotadas. Exemplificou afirmando que as Procuradorias da República nos municípios de São Félix do Xingu, Xingua, Conceição do Araguaia e Redenção ainda não foram criadas; que o Pará conta apenas com um Defensor Público Federal que atende a todo o Estado, sediado em Belém; que a disponibilização permanente de 60 agentes e 12 delegados federais para ações de combate ao trabalho escravo também não ocorreu.

- **Ações da Sociedade Civil:** Organizações locais coexistem e se articulam com importantes entidades nacionais e internacionais: Repórter Brasil, Observatório Social, Instituto Ethos, AMAZON, IPAM, ISA, no combate ao trabalho escravo.

Considera-se que, as várias iniciativas da sociedade civil, tanto por meio de organizações não governamentais, nacionais e internacionais, como é o caso da OIT, Instituto ETHOS, Repórter Brasil, quanto as de ação local, como é o caso da CPT, tem promovido uma forte mobilização da opinião pública, com o reconhecimento público da existência dessa prática, ao mesmo tempo, que funcionando como “forças de pressão” aos governos no combate a esse crime.



Essas organizações, dentre muitas outras, estão articuladas em rede, com capacidade de mobilização para além das fronteiras do Pará e Brasil, desenvolvendo campanhas de conscientização, acompanhando a ação do Estado, em âmbito federal e estadual, agindo como “postos adiantados de catalização de denúncias” encaminhadas ao Ministério Público do Trabalho para investigação.

Ainda que aparentemente dispersas, puderam ser observados os reflexos dessas ações da sociedade civil, conjugadas à intensificação da fiscalização pública, durante os depoimentos colhidos nas entrevistas com os produtores rurais. Alguns produtores persistem afirmando que o trabalho escravo não existe no Pará, minimizando a questão, e conceituando-a como “condições precárias oferecidas aos trabalhadores em função dos altos custos para cumprimento da legislação trabalhista”. Por outro lado, foram recorrentes as afirmações de que esses mesmos produtores estão mais atentos, muitos tendo registrado seus funcionários, ou dispensando alguns que não puderam regularizar, temerosos das multas do Ministério do Trabalho e da possibilidade de que suas fazendas pudessem ser destinadas à reforma agrária. Por fim, o fato de ter o nome figurando na Lista Suja foi apontado, por alguns, como um aspecto que poderia implicar possíveis boicotes comerciais ou dificuldades de acesso a crédito.

Adicionalmente, vale destacar iniciativas positivas de outros segmentos produtivos como o setor algodoeiro e o de carvão, que têm organizado os atores de suas cadeias produtivas, no sentido do combate ao trabalho escravo e infantil.

No plano empresarial, companhias siderúrgicas e os sindicatos da categoria assumiram o compromisso de não comprarem carvão vegetal de empresas que utilizassem trabalhadores escravos. Esses entes associaram-se e criaram o Instituto Carvão Cidadão para fiscalizar seus fornecedores.

• Como poderá ser a contribuição do Grupo Bertin?

Uma conclusão que parece perfeitamente cabível é que, a despeito da existência e continuidade desse grave problema social, notadamente dentro da cadeia produtiva da pecuária, e da impossibilidade atual de mensurar quantitativamente o mesmo (afinal não existem estatísticas confiáveis que demonstrem a magnitude do trabalho escravo dentro das propriedades rurais do Pará), existem esforços do setor público e iniciativas do setor privado, aos quais o Grupo Bertin poderá consorciar-se.

As sugestões que vieram dos entes institucionais entrevistados expressam a necessidade do Grupo inserir-se qualitativamente nas discussões sobre os problemas e projetos da região, especialmente, relativos a: i) cumprimento da legislação trabalhista; ii) qualificação da mão de obra local; e, iii) combate ao trabalho escravo.

Nesse sentido, uma alternativa seria avaliar a possibilidade de:

- assinar o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo - *Instituto Ethos e OIT*;
- gradativamente, passar a articular a organização do segmento da carne, a exemplo dos já citados casos do algodão e carvão;
- não comercializar com produtores que tenham seus nomes na Lista suja;
- contribuir com campanhas e programas de formação e conscientização, junto aos seus funcionários e aos fornecedores, sempre no sentido de otimizar os esforços que vêm sendo empreendidos.

Conflitos Agrários e Regularização Fundiária

- **A Ação do Estado e a Avaliação da Sociedade Civil:** Estruturas públicas fragilizadas e reduzido controle social

É consenso que uma das maiores fragilidades institucionais com a qual um empreendedor se depara ao expandir seus negócios no Pará diz respeito às situações de irregularidade fundiária dos proprietários rurais.

Isso porque, segundo vasta bibliografia disponível no IPAM, AMAZON, ISA, UFPA, coincidindo com as informações obtidas durante conversas informais com representantes do INCRA de Marabá, essas situações se encontram misturadas num cenário em que convivem produtores perfeitamente regularizados, posseiros de boa-fé não regularizados e grileiros criminosos.

No item 4.5.18, do capítulo 4, que traz elementos para compreensão da questão fundiária no Pará, tanto no que se refere a legislação existente quanto às distâncias e proximidades no cumprimento da mesma, já estão apontadas avaliações sobre a atuação do Estado quanto a regularização fundiária.

No capítulo 2, item 2.1, estão descritas algumas ações empreendidas, que merecem ser nominadas novamente, como: (i) o zoneamento ecológico-econômico como ferramenta para auxiliar a formulação de políticas públicas que visem diminuir o conflito no campo; (ii) a recente lei federal de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, que busca proteger comunidades tradicionais e espaços protegidos; (iii) por meio do Plano Pará, que articula as políticas do Estado sobre regularização fundiária, ao executar o georreferenciamento, o INCRA pretende identificar e demarcar em definitivo as terras da União no Pará, mapeando irregularidades na ocupação e regularizando casos de ocupação de áreas públicas. Merecem destaque as tentativas do INCRA, iniciadas em 1997, em decorrência da lei federal 10.267/01, de criar um cadastro único dos proprietários rurais, unificando os registros cadastrais em âmbito federal, estadual e municipal, mas ainda sem sucesso em decorrência da insuficiência dos dados disponíveis sobre as propriedades, entre outros problemas de ordem administrativa (pessoal, equipamento, etc).

As críticas das organizações não governamentais, locais e regionais, apontam que tanto o Poder Executivo como o Judiciário têm contribuído, ainda que indiretamente, para a manutenção das irregularidades na ocupação da terra, com desapropriações de terras irregulares, o que gera o pagamento de indenizações tidas como duvidosas, em associação à lentidão dos processos judiciais e o conseqüente arquivamento dos mesmos em função da prescrição penal, propiciando a impunidade dos infratores.

No que diz respeito à estrutura administrativa, destacam-se os seguintes entraves: (i) reduzida articulação entre os dados e informações dos órgãos fundiários das 3 esferas de governo; (ii) desorganização e multiplicidade de títulos imobiliários incidentes sobre uma mesma área; (iii) falta de fiscalização, de estrutura e de funcionários públicos em número suficiente.

As entrevistas realizadas no decorrer do trabalho com representantes do ITERPA em Belém confirmaram as enormes dificuldades estruturais, administrativas e de articulação do principal ente institucional público, no nível estadual, responsável por executar a política agrária do Estado do Pará.

Fato semelhante ocorre com o INCRA de Marabá, que conta com apenas 1 procurador e 3 assistentes para atender todo o sul e sudeste do Pará, sendo ilustrativo disso o fato de que, durante os 3 meses de trabalho de campo do presente projeto, não foi possível ter acesso para realizar sequer uma entrevista qualitativa com representante deste órgão, nem se dispor de informações sobre possíveis produtores rurais comprovadamente em situação ilegal, pois seus funcionários públicos persistem em greve há quase 6 meses.



No âmbito da sociedade civil, a Comissão Pastoral da Terra – CPT destaca-se no trabalho de estabelecer pressão social junto aos órgãos públicos, acompanhando a atuação dos mesmos, denunciando casos de corrupção e empenhando esforços na tentativa de quantificar e sistematizar a violência que ocorre nas áreas rurais em consequência de conflitos agrários. Essas informações são periodicamente editadas em Relatórios e Boletins e amplamente utilizadas por outros movimentos sociais, inclusive internacionais, para denunciar e qualificar o que vem ocorrendo.

Os contatos realizados com as lideranças locais da CPT foram muito produtivos no sentido de obter informações relacionadas às questões sociais e fundiárias, entretanto, parece haver uma forte determinação ideológica de não interagir com entes do setor privado, especialmente vinculados ao que se convencionou chamar de agronegócio, assim entendido o Grupo Bertin. Trata-se da convicção de que existem poucas possibilidades de convivência sustentável do agronegócio com a agricultura familiar.

Essa observação fundamenta-se no fato de que, diferentemente de outras organizações locais que comungam dos mesmos ideários da CPT, ainda que se tenha insistentemente feito contatos por telefone, e-mail e presencialmente, essa organização não se dispôs a participar de nenhum dos eventos, seminários, reuniões focais, entre outras formas de comunicação da Série de Consultas Públicas, promovidos por esse projeto, e também não apresentou nenhuma sugestão sobre possíveis interações. Exceção a um possível interesse em participar do monitoramento dos programas a serem propostos no âmbito do ESAP, no caso de sucesso na obtenção do financiamento do IFC.

- **Como poderá ser a contribuição do Grupo Bertin?**

A maioria das medidas de combate aos conflitos de terra e irregularidades fundiárias advindas dos estudos das várias organizações não governamentais pesquisadas diz respeito a ações endereçadas estritamente ao universo do setor público, referindo-se a implementação de legislação pertinente ou de empenho na aprovação de propostas de emendas constitucionais para coibir irregularidades fundiárias e intensificar fiscalizações e punições.

Entretanto, o Grupo Bertin poderá contribuir ao se incluir entre os que reivindicam a publicação dos processos administrativos decorrentes da Portaria 558/99, divulgando os imóveis que não atenderam à Portaria (INCRA/MDA). Ao mesmo tempo, que descredenciar da lista de seus fornecedores, os proprietários de terras envolvidos em crimes contra trabalhadores rurais, ambientais, trabalho escravo e grilagem.

Defesa dos Direitos dos Trabalhadores e/ou Populações Tradicionais e dos Produtores Rurais

- **Entidades e movimentos ligados aos trabalhadores e agricultores familiares:** ainda que possuam propostas alternativas de modelo de desenvolvimento da região, mostraram-se extremamente colaborativos e dispostos a parcerias em prol de sustentabilidade social e ambiental.

No breve histórico apresentado na abertura deste capítulo descreve-se a importância que os movimentos sociais e ambientais e as organizações não governamentais de defesa de direitos humanos ou interesse de classes assumiram na região do estudo.

Foram classificados como organizados, tanto o segmento da agricultura familiar, quanto dos grandes produtores rurais, ambos dispostos de propostas de desenvolvimento.



Os trabalhadores organizados na FATA, FETAGRI e outros sindicatos e federações são muito críticos ao modelo proposto pelo governo do Estado, qual seja a defesa do agronegócio, em especial a pecuária de corte de grande escala, e por isso receberam a perspectiva de expansão do Grupo Bertin associado a um modelo de pecuária sustentável com reticências.

Que se considerem essas divergências, essas organizações reconhecem que a pecuária constitui atividade econômica enraizada no território paraense e que devido a interesses econômicos (não necessariamente sociais) insere-se em uma dinâmica de evolução inexorável, com perspectiva de expansão e que diante disso não devem recusar-se a avaliar possibilidades de interação que minimizem impactos negativos e potencializem eventuais efeitos positivos que beneficiem a agricultura familiar e os trabalhadores rurais.

A FETAGRI e a COPSERVIÇOS foram determinantes para a obtenção de subsídios desse segmento social, em vários municípios do entorno de Marabá, o que resultou em um conjunto de sugestões que serão submetidas ao Grupo Bertin para que apreciem sobre a pertinência e viabilidade econômica das mesmas.

De qualquer modo, esse canal de comunicação que foi estabelecido e apresenta largas possibilidades para que se consolidem parcerias que, ao mesmo tempo, beneficiem e privilegiem os pequenos produtores e assentados rurais e também contribuam para a inserção do Grupo Bertin na comunidade local.

Neste contexto, o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, organização com reconhecida atuação regional disponibilizou estudos sobre Amazônia, no que tange a questão desmatamento e a modelos alternativos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, que consideraram muito positivo o fato de uma empresa privada dispor-se a dialogar com os movimentos sociais, o que segundo um dos seus líderes constitui a única maneira de se garantir desenvolvimento econômico sem exclusão social.

A Comissão Municipal do Meio Ambiente de Marabá que num primeiro contato se mostrou extremamente refratária às intenções de sustentabilidade social e ambiental do Grupo Bertin, após observar os procedimentos sugeridos no projeto, dispôs-se a participar de reuniões e consultas públicas. A Comissão permaneceu, igualmente crítica, cumprindo sua função de “controle social”, mas ao mesmo tempo mostrou-se colaborativa e parceria. É o caso da sugestão quanto a atuação do Grupo Bertin no Projeto Reviver, que trata da recuperação do Rio Itacaiúnas.

Destaque-se que o MST – Movimento dos Sem Terra é um importante ente institucional em atuação na região, com forte capacidade de mobilização, mormente no que se refere à luta pela reforma agrária e defesa dos direitos dos agricultores familiares. Entretanto, não se viabilizaram as tentativas de contato com os líderes locais.

- **Os Médios e Grandes Produtores Rurais, a Câmara Consultiva Setorial da Pecuária:**

Os médios e grandes produtores rurais receberam o projeto do Grupo Bertin com alguma ressalva, fazendo críticas quanto à forma inicial com que o frigorífico se instalou na região, sem consulta aos fazendeiros, sem estabelecer interlocutores locais, sem procurar as representações de classe e, principalmente, segundo eles, praticando preços reduzidos no pagamento da arroba do boi e, por sua importância e porte, influenciando negativamente a política de preços de todos os outros frigoríficos da região.

Os pecuaristas de Marabá têm representação na Câmara Consultiva da Pecuária do Pará, sediada em Belém, são formadores de opinião, de modo que as avaliações dos mesmos influem nos vários outros elos da cadeia. Ao mesmo tempo, que perfeitamente viável, é necessário fortalecer os espaços de interlocução com esse segmento, que será determinante para que se viabilize um novo modelo de pecuária.



Suas principais demandas foram:

- necessidade de maior interlocução com o Grupo Bertin;
- esclarecimentos sobre a política de preços praticada;
- abertura para associações/parceiras - atividades de capacitação técnica dos produtores; negociações conjuntas com o governo de Estado para subsídios fiscais à produção.

O estreitamento das relações com os pecuaristas de médio e grande porte é viável e pode contribuir para a formação e/ou otimização de um modelo mental condizente com boas práticas agrícolas, com o respeito aos direitos humanos e à legislação trabalhista e com a intensificação da produtividade, entre outros aspectos.

Considerações finais sobre as condições institucionais para a implementação de uma pecuária sustentável

Em atenção à complexidade das relações institucionais que se articulam no Estado do Pará, num espaço territorial onde se encontra uma das mais importantes reservas ambientais do planeta, e no que se refere aos aspectos sociais, marcado por conflitos pela posse da terra, prática de trabalho escravo, exploração ilegal e predatória dos recursos naturais, ou seja, graves problemas ligados à gestão ambiental e à gestão fundiária, tendo-se ainda, muitas vezes, o agronegócio identificado como um intensificador desses processos, o Grupo Bertin precisará estabelecer estratégias distintas de articulação com o Estado, inclusive o Poder Público local, e também com as organizações da sociedade civil, sempre no sentido de otimizar ações em prol da governança local.

Por sua vez, a ARCADIS Tetraplan considera, no que tange às condições institucionais para a implementação de uma pecuária sustentável, conforme preconizado no Projeto Bertin, que:

- 1) Ainda que persistam as fragilidades das instituições paraenses, seja pelo aspecto da capacidade institucional como pela condição estrutural, o Estado vem demonstrando que está em busca de assumir a responsabilidade pelo ordenamento territorial e da gestão dos recursos naturais do Estado, ao mesmo tempo que tem efetivado práticas de combate à violação dos direitos humanos nas suas várias facetas;
- 2) A existência de um significativo número de organizações não governamentais e movimentos sociais com expressiva atuação local e, em grande parte, com articulação nacional e internacional devem ser entendidos como elementos potencializadores de uma maior governança em prol da sustentabilidade.

Isso ocorre porque um subconjunto significativo dessas entidades tem caráter propositivo, e a partir de suas críticas, denúncias e proposições impulsionam o Estado a ações mais efetivas, em alguns casos até por meio de parcerias como o Poder Público. Ao mesmo tempo, se disponibilizam a parcerias com entes privados para implementação de projetos de sustentabilidade com minimização de impactos socioambientais, adoção de novos parâmetros técnico-científicos de produção, ou ainda, mais especificamente, a ações de inclusão de segmentos fragilizados na cadeia pecuária, como os agricultores familiares.

No quadro que segue apresentam-se encaminhamentos que vêm sendo adotados tanto pelo setor público, nas suas várias instâncias, quanto por entidades da sociedade civil que ilustram o anteriormente descrito. E ainda, algumas recomendações endereçadas especificamente aos governos e que serão fundamentais para que o Grupo Bertin encontre condições institucionais aptas a viabilizar uma ação sustentável no sudeste paraense.

FORÇA DE GOVERNANÇA DOS ENTES INSTITUCIONAIS ANALISADOS**Ordenamento Territorial****Política Estadual do Meio Ambiente e ZEE**

O governo de Estado do Pará tem tomado iniciativas para assegurar um novo arcabouço legal e institucional para a atuação do setor público no que tange ao ordenamento territorial. Exemplos disso são as Leis 5.887/95 – Política Estadual do Meio Ambiente e 6.745/05 - Macrozoneamento Econômico Ecológico do Estado - MZEE, conduzido pela SECTAM. O ZEE em divide o território em 4 zonas: (i) áreas especialmente protegidas, que ocuparão no mínimo 65% do território; (ii) de Consolidação; de Expansão; e de Recuperação de Áreas Alteradas, que ocuparão no máximo 35% do território)

O ZEE foi aprovado por unanimidade na Assembléia Legislativa do Estado do Pará, no dia 19 de abril de 2005, e em atenção aos seus problemas estruturais coincidindo com vantagens econômicas, o município de Marabá será o primeiro a ser adequado aos parâmetros do traçado.

Encontra-se em discussão a organização para elaboração do microzoneamento, incidente sobre a área de consolidação e expansão das atividades produtivas. Conforme informado em reunião local, a intenção é de que seja dado andamento ao microzoneamento nos próximos meses, com previsão de quatro anos para finalização.

Sistema Estadual de Registro de Terras Públicas – articulação institucional do ITERPA, SECTAM, INCRA e a Gerência de Regularização Territorial da União – GRDU e cartórios de registros imobiliários

O governo do Estado, por meio da Lei federal 10.267/2001 – Registros Públicos, que estabeleceu a obrigatoriedade do georreferenciamento dos imóveis rurais em todo território nacional, desenvolveu para o Estado do Pará um projeto de georreferenciamento que pretende atingir em 2007, cerca de 50% dos municípios paraenses. Trata-se de se constituir um sistema estadual de registro de terras públicas, com imóveis rurais cadastrados e georreferenciados pelo ITERPA.

Esse trabalho é um dos subcomponentes do Programa Pará Rural, que prevê investimentos de US\$100 milhões num período de 4 anos, em sua primeira etapa. Desses US\$100 milhões, R\$16 milhões se destinam para o fortalecimento da gestão fundiária e, desta parcela de R\$16 milhões, a maior parte (R\$10 milhões) tem como objeto a execução do cadastro de imóveis rurais.

O governo do Estado antecipou recursos próprios e realizou em São João da Ponta (norte do Estado) um projeto piloto, onde foram cadastrados 503 imóveis rurais (pelo cadastro do INCRA lá só existiam 140).

Cooperação Técnica entre o INCRA e o Exército

Em 19/julho/2007, foi expedida Portaria estabelecendo parceria entre o INCRA e o Exército, com prazo de 5 anos, para execução de serviços topográficos e cartográficos para a demarcação de parcelas rurais em glebas no Pará, ao longo das rodovias federais BR-163 e BR-230 (Transamazônica) e da rodovia estadual PA-150. Serão repassados pelo INCRA cerca de R\$6 milhões, que serão utilizados na contratação de técnicos e compra de equipamentos de informática, estações gráficas, GPS (Global Positioning System) e veículos.

Regularização Fundiária

Ações em prol da regularização fundiária: (i) o ZEE como ferramenta auxiliar na formulação de políticas públicas e diminuição do conflito no campo; (ii) a lei federal de Gestão de Florestas Públicas, de 2006, que busca proteger comunidades tradicionais e espaços protegidos; (iii) através do Pará Rural, que articula as políticas do Estado sobre regularização fundiária, ao executar o georreferenciamento, o INCRA pretende identificar e demarcar em definitivo as terras da União no Pará, mapeando irregularidades e regularizando ocupações em áreas públicas.

Recomendações de movimentos sociais ao poder público:

- Formar uma comissão, chefiada pelo Procurador Federal do INCRA, para averiguar a situação e apurar responsabilidades, pelo emperramento de dezenas de processos administrativos de desapropriação na superintendência do INCRA de Marabá (INCRA, MDA, ONGs).
- Anular todos os títulos e certidões de imóveis rurais com mais de 2.500 hectares, adquiridas em desacordo com a previsão constitucional (INCRA/MDA).
- Publicar os processos administrativos decorrentes da Portaria 558/99 e divulgar os imóveis que não atenderam à Portaria (INCRA/MDA).
- Implantar, imediatamente, o Sistema Público de Registro de Terras (cada declaração deverá ser acompanhada de memorial descritivo, coordenadas dos vértices definidores de limites dos imóveis rurais, georreferenciados no Sistema Geodésico Brasileiro, previsto na Lei 10.267 e regulamentado pelo Decreto 4.449) — INCRA/MDA.

Defesa dos direitos humanos e combate ao trabalho escravo e violência no campo

Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, com medidas específicas para o Pará; Intensificação das ações dos grupos de Fiscalização; Atualização periódica e divulgação pelo MTE da “Lista Suja” e suspensão de financiamento dos bancos públicos aos infratores; Projetos de Leis complementares tramitando no Congresso, que dispõem sobre as vedações à formalização de contratos com órgãos públicos e participação de licitações daqueles que direta ou indiretamente utilizam trabalho escravo;

Plano Nacional de Combate a Violência no Campo e a instalação da Comissão interministerial de Combate a Violência no Campo - CNVC

Iniciativas da sociedade civil, tanto por meio ONGS, nacionais e internacionais, como é o caso da OIT, Instituto ETHOS, Repórter Brasil, quanto às de ação local como é o caso da CPT, estão articuladas em rede, têm forte capacidade de mobilização para além das fronteiras do Pará e Brasil. O documento “Violação dos Direitos da Amazônia: conflito e violência na fronteira paraense” recomenda que no Plano Nacional de Reforma Agrária sejam previstas ações específicas e emergenciais para as áreas demarcadas por conflitos fundiários.

Iniciativas em outros segmentos produtivos, como algodão, carvão e soja, fortalecendo ações de defesa dos direitos humanos.



Fiscalização e controle do desmatamento

O decreto estadual 2141/06 regulamenta a recomposição de reservas legais e APPs degradadas, conforme previsto na lei 6462/02, que dispõe sobre a Política Estadual de Florestas do Pará. Os projetos de recuperação enquadrados nas condições do decreto terão prioridade no processo de regularização fundiária, conforme critérios do ITERPA.

Críticas à capacidade de fiscalização do IBAMA, e paradoxalmente testemunhos tanto na Embrapa, quanto no Sindicato dos Produtores Rurais, por exemplo, sobre a percepção de que atualmente os produtores passaram a temer a fiscalização do IBAMA.

ONGS de caráter propositivo sugerem ao Grupo Bertin que participe da organização da cadeia da carne, a exemplo da iniciativa da cadeia da soja na região de Santarém, que garantiu a assinatura de um termo de parceria da sociedade civil com produtores rurais de Santarém e Belterra, o Sindicato Rural de Santarém e o Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC). O objetivo é atuar para a regularização ambiental e fundiária da produção agropecuária na região de Santarém, Belterra e municípios do entorno, onde as áreas que estão preservadas devem ser mantidas e as degradadas devem ser recuperadas⁴.

⁴ O Estado do Tapajós (<http://www.oestadodotapajos.com.br/>), 13 a 15 de maio de 2006.